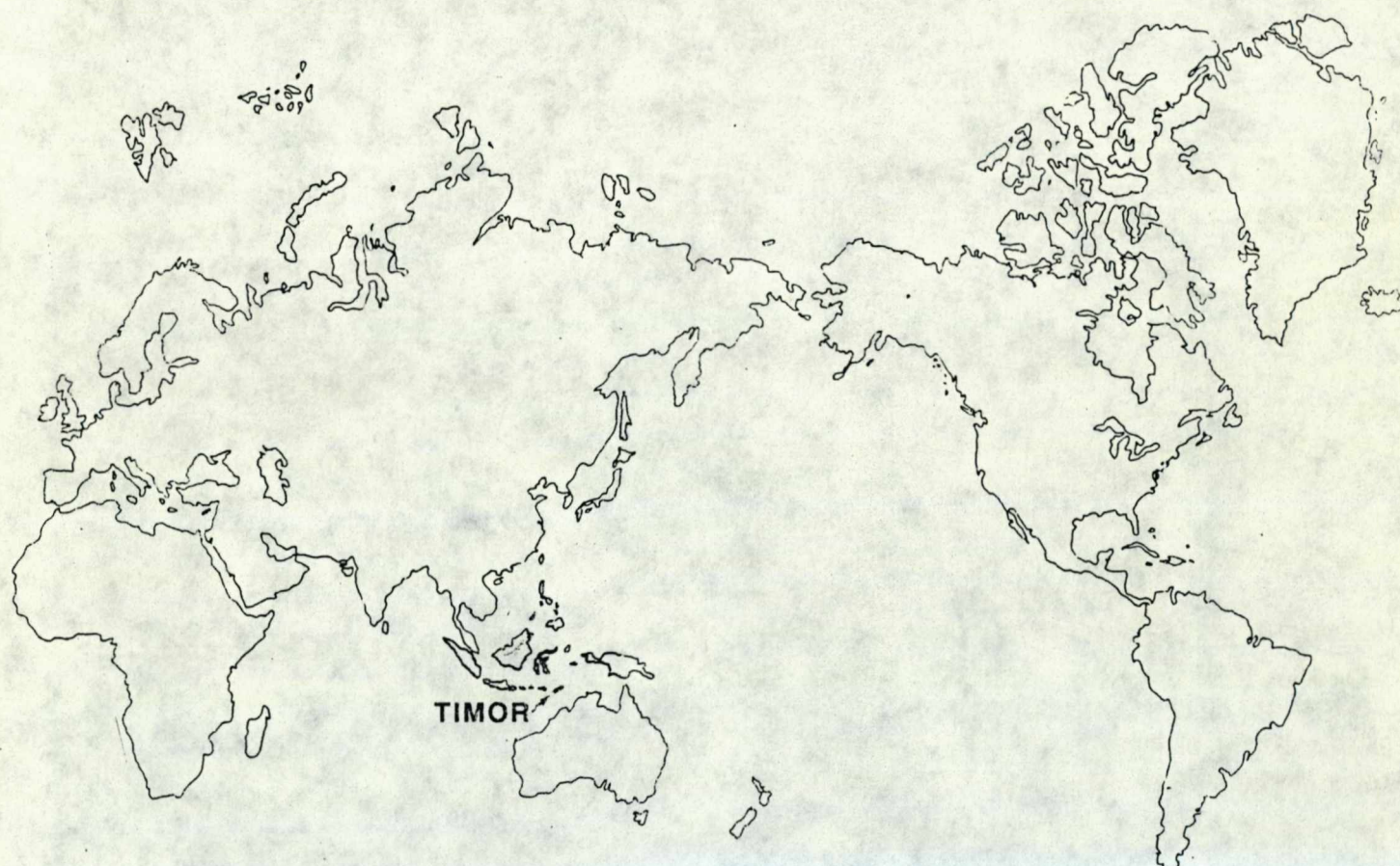


TIMOR-LESTE

OCUPAÇÃO INDONÉSIA E GENOCIDIO COM CONIVÊNCIA INTERNACIONAL



A. Barbedo de Magalhães
Prof. Catedrático da Universidade do Porto

Janeiro de 1992

INDICE

	Pág.
1 - TIMOR-LESTE, ANTIGA COLÓNIA PORTUGUESA, LIGEIRAMENTE MAIOR DO QUE O KUWAIT, E MUITO RICO EM PETROLEO.....	1
2 - TERRITÓRIO NÃO-AUTÓNOMO, CULTURALMENTE MUITO DIFERENTE DA INDONÉSIA E LEGALMENTE SOB ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA.....	1
3 - EM 1974/75 PORTUGAL DEU INÍCIO À DESCOLONIZAÇÃO, MAS A INDONÉSIA IMPEDIU-O DE A LEVAR A BOM TERMO.....	2
4 - O CONTEXTO GEOPOLÍTICO INTERNACIONAL CRIOU CONDIÇÕES PARA A INVASÃO E ANEXAÇÃO FORÇADA DE TIMOR-LESTE PELA INDONÉSIA.....	4
5 - QUASE SEM FORÇAS NO TERRENO E SEM APOIOS INTERNACIONAIS A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA RETIRA-SE DO TERRITÓRIO E APRESENTA QUEIXA ÀS NAÇÕES UNIDAS.....	6
6 - A ONU E OUTRAS INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS CONDENARAM A INVASÃO ... MAS OS INTERESSES DE MUITOS ESTADOS TÊM OS LEVADO A APOIAR, NA PRÁTICA, A OCUPAÇÃO.....	9
7 - EM CONSEQUÊNCIA DA OCUPAÇÃO INDONÉSIA JÁ MORRERAM MAIS DE DUZENTOS MIL TIMORENSES, VITIMAS DE UM AUTÊNTICO GENOCÍDIO.....	15
8 - APESAR DO SEU COMPLETO ISOLAMENTO O POVO MAUBERE RESISTE À OCUPAÇÃO INDONÉSIA.....	17
9 - O PETRÓLEO DO MAR DE TIMOR CONTINUA A CONDICIONAR O COMPORTAMENTO DA AUSTRÁLIA E DOUTROS ESTADOS.....	25
10 - O MEDO DOS GENERAIS INDONÉSIOS INVIABILIZOU A VISITA DE UMA DELEGAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA A TIMOR-LESTE PREVISTA PARA NOVEMBRO DE 1991.....	27
11 - O MASSACRE NO CEMITÉRIO DE SANTA CRUZ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1991, VEIO PÔR A DESCOBERTO A CRIMINOSA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS OCUPANTES E, MAIS UMA VEZ, A CONVÊNCIA DE ALGUNS ESTADOS ...	30
12 - IMPORTÂNCIA DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E PAPEL DE PORTUGAL E DA PRÓPRIA OPINIÃO PÚBLICA INDONÉSIA.....	33
ANEXOS	
I - SUPERFÍCIES DE DIVERSOS ESTADOS E TERRITÓRIOS	
II - MAPA DAS VOTAÇÕES DE RESOLUÇÕES RELATIVAS A TIMOR-LESTE APROVADAS PELA ASSEMBLEIA GERAL (1975 a 1980 e 1982) OU PELA 4ª COMISSÃO (1981) DA ONU	

1 - TIMOR-LESTE, ANTIGA COLÓNIA PORTUGUESA, LIGEIRAMENTE MAIOR DO QUE O KUWAIT, E MUITO RICO EM PETROLEO

Com os seus cerca de 32.000 Km² a ilha de Timor é a maior do arquipélago das pequenas Ilhas de Sonda. A sua superfície total é um pouco superior à da Bélgica e sensivelmente um quarto da da ilha de Java. Nesta última, que tem um pouco menos de 130.000 Km², vivem perto de cento e dez milhões (110.000.000) de indonésios. (Para comparar a superfície de Timor-Leste com a de outros territórios ver o Anexo I).

Timor-Leste é constituído pelos territórios da antiga colónia de Timor Português, compreendendo não só a metade oriental da ilha, mas também o enclave de Oe-Cusse, a ilha de Ataúro e o ilhéu de Jaco. A sua área total é de 18.899Km² (um pouco superior à do Kuwait, que é de 17.818Km²).

Dili, a capital, dista perto de 600Km de Darwin (aeroporto australiano maios próximo) e cerca de 2.000 Km de Jakarta (capital indonésia, na ilha de Java).

No Mar de Timor, entre Timor-Leste e a Austrália, há reservas petrolíferas consideradas entre as vinte maiores do Mundo.

A parte ocidental da ilha de Timor integra a Indonésia, dado que fazia parte da colónia holandesa das Índias Orientais que se tornou independente no final da II Guerra Mundial.

A população do território de Timor-Leste era, em princípios de 1975, de cerca de 700.000 habitantes (aproximadamente metade da do Kuwait em 1991).

2 - TERRITÓRIO NÃO-AUTÓNOMO, CULTURALMENTE MUITO DIFERENTE DA INDONÉSIA E LEGALMENTE SOB ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA.

Quando os primeiros mercadores e missionários portugueses aportaram na ilha de Timor (cerca de 1515) encontraram populações organizadas em pequenos estados, reunidos em duas confederações (Servião e Belos), e que praticavam religiões animistas. O islamismo, cuja influência predomina na Indonésia, não tinha chegado a Timor, o mesmo se podendo dizer do budismo que, sobretudo no séc. VIII, imprimiu a sua marca em Java.

No 3º quartel do séc. XVI estabelecem-se no território os primeiros frades dominicanos portugueses, através dos quais se vai desenvolvendo uma progressiva influência religiosa, ao mesmo tempo que se vai estabelecendo a dominação portuguesa. A evolução cultural processa-se, pois, em sentido diametralmente oposto ao que se verificava em Java, na Sumatra e nas costas de Kalimantan e de Sulawesi, onde o islamismo se estendia cada vez mais.

Enquanto cerca de 88% dos 180 milhões de indonésios se afirmam muçulmanos, em 1970 perto de um terço da população de Timor-Leste era católica e só 0,04% (isto é, 234 pessoas, ao todo) eram maometanas. Dois terços da população permaneciam fieis aos cultos animistas tradicionais. Hoje, mais de 80% dos timorenses são católicos.

Em 1651 os holandeses conquistam Kupang (no extremo Oeste da ilha) e começam a penetrar na metade ocidental de Timor. A divisão colonial da ilha é, portanto, muito antiga.

Em 1859 um tratado firmado entre Portugal e os Países Baixos fixa a fronteira entre o Timor Português (Timor-Leste) e o Timor Holandês (Timor Ocidental).

Entre 1945 e Junho de 1974 o Governo Indonésio, em obediência ao Direito Internacional, afirma na ONU e fora dela que não tem quaisquer reivindicações territoriais sobre o Timor Oriental.

Ao abrigo da resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960, Timor-Leste foi considerado pelas Nações Unidas como um Território Não-Autónomo, sob administração portuguesa.

Desde 1962 até 1973 a Assembleia Geral da ONU aprovou sucessivas resoluções afirmando o direito à auto-determinação de Timor-Leste (tal como das restantes colónias portuguesas de então). O regime ditatorial de Salazar (e, depois, de Caetano), instalado em Lisboa, recusou-se a reconhecer esse direito, afirmando que o Timor Oriental era uma província tão portuguesa como qualquer outra de Portugal Continental.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que restaurou a democracia em Portugal, consagrou o respeito pelo direito à autodeterminação das ex-colónias portuguesas. No sentido de promover o exercício desse direito é criada em 13 de Maio de 1974, em Dili (capital do território), a Comissão para a Autodeterminação de Timor.

Em 27 de Julho a lei 7/74 consagra explicitamente *"o direito à autodeterminação com todas as consequências"* incluindo a *"aceitação da independência dos territórios ultramarinos"*.

Em 3 de Agosto de 1974 Portugal entrega ao Secretário Geral das Nações Unidas um Memorandum em que afirma a sua disposição em cooperar plenamente com a ONU, em conformidade com a Declaração sobre a concessão de independência aos povos e territórios coloniais.

Deste modo Portugal reconhece o estatuto de Território Não-Autónomo de Timor-Leste, e assume-se como sua Potência Administrante. É esse estatuto jurídico que a ONU e outras instâncias internacionais têm reiteradamente reconhecido e afirmado, até hoje.

3 - EM 1974/75 PORTUGAL DEU INÍCIO À DESCOLONIZAÇÃO, MAS A INDONÉSIA IMPEDIU-O DE A LEVAR A BOM TERMO

Coerente com os princípios democráticos e anti-coloniais da revolução de Abril de 1974, O Governo Português autoriza a criação de partidos políticos, surgindo assim três organizações partidárias em Timor-Leste:

- a UDT (União Democrática Timorense), criada a 11 de Maio de 1974, que começou por preconizar uma *"autonomia progressiva"*, (...) *"mas sempre à sombra da bandeira de Portugal"* e que, defendendo o direito à autodeterminação, propunha *"a integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa"*.
- a ASDT (Associação Social Democrata Timorense) que defendia o *"direito à independência (autonomia progressiva com vista a uma independência)"*, e que foi criada em 20 de Maio de 1974. Em 11 de Setembro de 1974 a ASDT transformou-se na FRETILIN.
- a APODETI (Associação Popular democrática Timorense), criada em 27 de Maio, e que propunha *"uma integração com autonomia na comunidade indonésia"*.

A abertura das autoridades portuguesas a qualquer solução (incluindo a integração na Indonésia) era total, desde que resultasse da livre escolha dos timorenses, como o exigia o direito internacional e as resoluções da ONU. Isso mesmo foi claramente afirmado em diversas reuniões entre dirigentes portugueses e indonésios.

Com a criação destas associações políticas, com a liberdade e as facilidades que lhes foram concedidas para fazerem propaganda dos seus ideários políticos, era dado o primeiro passo no sentido da autodeterminação.

Em Maio de 1975 um projecto das autoridades de Lisboa é apresentado aos três principais partidos timorenses. Depois de ouvida a sua opinião é publicada, em 11 de Julho de 1975, a lei 7/75 que previa a nomeação de um Alto Comissário português e a eleição, em Outubro do mesmo ano, de uma Assembleia Popular de Timor para definir o seu estatuto político. O diploma previa um periodo de transição de cerca de três anos.

Entretanto, a partir de Janeiro de 1975, era dado início a um programa local de progressiva descolonização, nomeadamente através da Reforma Administrativa e da Reformulação do Ensino. Esta última visava adaptar os currícula, os programas e os métodos de ensino (até então idênticos aos das outras ex-colónias portuguesas) às realidades e necessidades de Timor. A Reforma Administrativa, por seu lado, levou à realização de eleições para a administração regional no Concelho de Lautem. Os resultados dessa primeira consulta popular, terminada em Agosto de 1975 - que se estenderia depois aos outros doze concelhos do território -, puseram em evidência o fraquíssimo apoio da APODETI, e terão pesado fortemente na decisão indonésia de tudo fazer para desestabilizar e invadir o território, anexando-o pela força, já que se tornava óbvio que, por processos democráticos, os timorenses nunca aceitariam a integração no país vizinho.

Já muito antes dessas eleições regionais era claro, para qualquer observador independente que visitasse o território, que os timorenses, na sua esmagadora maioria, recusavam totalmente a integração na Indonésia. As diferenças culturais a que atrás fizemos referência seriam uma das principais razões de fundo dessa recusa.

Por isso mesmo já muito antes a Indonésia, a par de campanhas de propaganda a favor da integração, desencadeava acções provocatórias e desestabilizadoras, ao mesmo tempo que no plano internacional encontrava fáceis apoios para a sua política anexionista, devido ao quadro geopolítico da altura, a que faremos referência mais adiante.

Dado o fraquíssimo apoio popular de que gozava a APODETI, os generais e governantes indonésios tentaram aliciar ou pressionar dirigentes doutros partidos para defenderem a integração. Alguns dirigentes viriam a denunciar essas manobras, em discursos feitos perante a Comissão de Descolonização das Nações Unidas, alguns anos mais tarde.

O Presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, contrariando o programa do seu partido, aceitou fazer o jogo da Indonésia e fez com que a coligação entre a UDT e a FRETILIN, estabelecida em 20 de Janeiro de 1975, com vista a uma independência a médio prazo (5 a 10 anos), fosse rompida em 27 de Maio do mesmo ano. E como isso não fosse suficiente, conseguiu que a UDT desencadeasse um golpe de força contra a administração portuguesa, na noite de 10 para 11 de Agosto de 1975.

Com pouquíssimas forças operacionais no território (apenas cerca de setenta paraquedistas) e uma gravíssima situação de instabilidade política em Portugal, que por pouco não conduziu à guerra civil na jovem e ainda instável democracia portuguesa, o Governo de Timor não foi capaz de reassumir plenamente o controlo da situação.

Os falcões indonésios, liderados pelos generais Ali Murtopo, Benny Murdani e Yoga Sugama, que em Outubro de 1974 tinham desencadeado a "*Operasi Komodo*" a fim de

desestabilizar e anexar Timor-Leste, começavam a ver os frutos da sua política de aliciamento, intimidação e provocação, em que as rádios Kupang e Atambua (no lado indonésio da ilha de Timor) activamente participavam.

Com o começo da guerra civil entre a UDT e mais três pequenos partidos (APODETI, KOTA e Partido Trabalhista) por um lado, e a FRETILIN, por outro, a administração portuguesa retira-se para a ilha de Ataúro (a cerca de 30 Km de Dili).

Não tendo Portugal qualquer apoio internacional significativo, e estando a Indonésia a manobrar com apoios americanos, australianos e doutros países, foi da ilha de Ataúro, a cerca de 30 Km de Timor, que a administração portuguesa assistiu, em 7 de Dezembro de 1975, à invasão indonésia de Dili. Vinte e três militares portugueses entretanto aprisionados e levados como reféns para a Indonésia completavam o quadro de impotência em que Portugal se encontrava na altura ...

4 - O CONTEXTO GEOPOLÍTICO INTERNACIONAL CRIOU CONDIÇÕES PARA A INVASÃO E ANEXAÇÃO FORÇADA DE TIMOR-LESTE PELA INDONÉSIA

Em 17 de Abril de 1975 caía no Camboja o regime de Lon Nol, que tinha chegado ao poder em 1970 com o apoio americano. Com a tomada de Phnom Penh pelos Kmer Vermelhos, instalava-se o regime comunista de que Pol Pot se tornaria, em 1976, o homem forte.

Cerca de duas semanas depois, em 30 de Abril, cai Saigon em poder dos comunistas vietnamitas.

Dois anos antes, em 1973, o movimento comunista Pathet Lao formara um gabinete de coligação com o anterior governo de Vienciana e levava já à expulsão do Laos dos "conselheiros" norte-americanos e das tropas tailandesas. Em Abril de 1975 o Pathet Lao toma conta do poder sózinho, e em 1 de Dezembro acaba com a monarquia e transforma o país na República Democrática Popular Lao.

Este avanço comunista na Indochina, onde os Estados Unidos se tinham envolvido tão fortemente, quer política quer militarmente, e de que a derrota no Vietnam constituíu um estigma, deixou os norte-americanos traumatizados e os países ocidentais e da ASEAN, assim como a Austrália e o Japão, fortemente preocupados.

O regime militar do General Suharto, que tinha liquidado o maior partido comunista da zona, o PKI (Partido Comunista Indonésio) ao subir ao poder, na sequência do golpe de 30 de Setembro de 1965, surgia assim como a maior barreira ao avanço comunista na região e o melhor defensor dos interesses ocidentais. O facto do PKI ter sido um partido pró-chinês e de Jakarta ter mantido boas relações com Moscovo (embora as cortasse com Pekin) a seguir ao golpe de 1965, tornava o bloco de leste, liderado pela URSS, prudente e compreensivo.

Além disso já se sabia na altura que o Mar de Timor, entre Timor Português e a Austrália, era muito rico em petróleo. Nas negociações que em 1974/75 estavam a decorrer entre Portugal e o Governo Australiano para delimitar a fronteira marítima, este último não estava a conseguir tanto quanto desejava. Daí que o seu embaixador em Jakarta lembrasse, em telegrama para o Governo de Canberra, que essa fronteira "*seria mais facilmente negociável com a Indonésia, encerrando o presente, do que com Portugal ou com o Timor Português independente*".

Foi neste contexto que, de 6 a 8 de Setembro de 1974, reuniram em Wonosobo, na ilha de Java, o General Suharto, Presidente da Indonésia, e o Primeiro Ministro Australiano, Gough Whitlam. No final da reunião a imprensa internacional noticiava o *"apoio australiano à integração na Indonésia"* afirmando que *"o Governo Australiano considera que esta solução para a ilha de Timor asseguraria uma maior estabilidade na região"*.

Curiosamente foi só depois de ser conhecida publicamente esta posição australo-indonésia que a ASDT (Associação Social Democrata Timorense) se transformou, em 11 de Setembro de 1974, num movimento mais radical, a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). Habilmente utilizada pela Indonésia, a nova designação da ex-ASDT e a linguagem marxista de alguns quadros intelectuais da Frente, permitia acenar ao Mundo com o perigo de instauração de um regime comunista em Timor-Leste, conquistando assim o apoio ocidental à sua política anexionista.

Em Julho de 1975 o Embaixador do Reino Unido, em Jakarta, em relatório para o Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico escrevia:

"Sem dúvida, visto daqui, é do interesse britânico que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o mínimo de espalhamento; e se se chegar a uma situação em que haja problemas nas Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o governo da Indonésia".

E, enquanto a Embaixada dos EUA recebia instruções de Kissinger para não se envolver em discussões sobre Timor-Leste com os indonésios, e para cortar as referências ao território nos seus relatórios, o embaixador americano (Newson) comentava:

"Se a Indonésia deseja intervir, os Estados Unidos esperam que o faça << eficazmente, rapidamente e que não utilizem o nosso equipamento>>".

Em 5 e 6 de Dezembro de 1975 o Presidente Gerald Ford, dos Estados Unidos da América, e o seu Secretário de Estado Henry Kissinger estiveram em Jakarta, onde terão assegurado ao General Suharto que os fornecimentos de armas americanas não seriam afectados pela acção militar que iria ser desencadeada no dia seguinte ao da sua partida.

Como revelaria a revista The Nation, cerca de quinze anos mais tarde, a grande preocupação do Secretário de Estado, Prémio Nobel da Paz e grande estratega americano não foi evitar a invasão ou, sequer, impedir o uso de armamento americano na agressão indonésia a Timor-Leste, mas evitar que a opinião pública se apercesse do envolvimento americano e que o Congresso dos Estados Unidos reagisse cortando o apoio militar à potência invasora ...

De facto na invasão foram empregues não só aviões de transporte militar Hércules de fabrico americano, mas também muito outro equipamento fornecido pelos EUA. No ano seguinte a administração americana duplicava o apoio militar à Indonésia. Em Setembro de 1976 fornecia-lhe os primeiros aviões Bronco OV-10, especialmente concebidos para a luta contra insurreições. É com estes aviões, com helicópteros americanos concebidos para a guerra no Vietnam e com equipamentos militares fornecidos também por outros estados pretensamente defensores dos direitos humanos (Reino Unido, França, Alemanha, Holanda ...) que as Forças Armadas Indonésias arrasaram centenas de aldeias timorenses e praticam um autêntico genocídio do Povo Maubere ...

5 - QUASE SEM FORÇAS NO TERRENO E SEM APOIOS INTERNACIONAIS A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA RETIRA-SE DO TERRITÓRIO E APRESENTA QUEIXA ÀS NAÇÕES UNIDAS

Em Julho de 1975 o Presidente Suharto da Indonésia, recém chegado a Jakarta, depois de uma viagem que o levou aos Estados Unidos da América, ao Canadá, ao Japão, ao Irão e à Jugoslávia, afirma publicamente que Timor-Leste não poderia ser independente. O argumento invocado é a inviabilidade económica do território. O General Suharto acrescentava então que também fazia pouco sentido a continuação da ligação a Portugal, pelo que o futuro de Timor-Leste seria a integração na Indonésia.

A fim de confirmarem a posição do país vizinho, alguns dirigentes da UDT partem para Jakarta, a 25 de Julho, e têm uma importante reunião com o General Ali Murtopo e seus colaboradores em 2 de Agosto de 1975. Regressados a Dili no dia 6 do mesmo mês, perante as ameaças e promessas que lhes foram feitas em Jakarta, e mediante um conjunto de mentiras bem urdidas, conseguem convencer os restantes dirigentes da UDT a fazer, quatro dias depois, um golpe de força contra a administração portuguesa. Tendo tomado, pela força, o aeroporto, o posto emissor e mais algumas posições-chave, a UDT exigia, por um lado, a prisão dos dirigentes da FRETILIN e, por outro, a passagem imediata do poder para as mãos da União Democrática Timorense.

Com o golpe da noite de 10 para 11 de Agosto, a Indonésia conseguia, finalmente, atingir o primeiro objectivo da "*Operasi Komodo*": - desestabilizar a situação em Timor-Leste.

A Reestruturação do Ensino, a Reforma Administrativa e outras medidas efectivas de progressiva descolonização, foram interrompidas.

Dispondo apenas de setenta homens (dois pelotões de paraquedistas) como única força operacional não timorense e, por isso, neutra relativamente aos partidos timorenses, era impossível, ao Governo de Timor Português, controlar militarmente todo o território.

O contexto político mundial, a situação difícil que se vivia em Portugal nesse "*verão quente*" de 1975, e a enorme distância (16.000 Km) que o separavam de Timor, tornavam impossível o envio de reforços.

Nestas circunstâncias restava à Potência Administrante tentar uma solução negociada, envolvendo as Nações Unidas.

Com esse objectivo, três dias depois do golpe da UDT, o Governo de Lisboa manda a Timor uma missão oficial chefiada pelo Major António Soares. À sua passagem por Jakarta a Missão é impedida de prosseguir viagem pelas autoridades indonésias e obrigada a regressar a Portugal.

No terreno, o Governador Lemos Pires tenta o diálogo com os dirigentes dos vários partidos timorenses. Quando o acordo parecia possível e dirigentes da UDT e da FRETILIN vão à rádio fazer apelos à Paz, do lado indonésio a Rádio Atambua incita à violência, e o diálogo é quebrado.

Perante a impotência da Administração Portuguesa e a fim de acabar com as prisões e mortes provocadas pelas forças da UDT, na noite de 19 para 20 de Agosto de 1975 militares timorenses afectos à FRETILIN sublevam-se e assumem o controle da maior parte das unidades militares. Os quadros portugueses, feitos prisioneiros durante algumas horas, são soltos de manhã e entregues junto à Messe de Oficiais. Nesse dia 20 de Agosto começa a guerra civil entre a FRETILIN e a UDT.

As tentativas de encontrar uma solução negociada, no entanto, prosseguem. Em 22 de Agosto uma segunda missão, chefiada, desta vez, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, vai a Nova York, conferenciar com o Secretário Geral da ONU, seguindo depois para a Indonésia e a Austrália. É considerada a hipótese de se criar um Comité de Bons Ofícios e uma Força de Paz multinacional. Esta deveria incluir forças portuguesas, australianas, indonésias e da Malásia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio não aceita e contrapõe o envio imediato de uma força exclusivamente indonésia. Portugal rejeita esta tentativa da Indonésia de conseguir a cobertura da Potência Administrante para a ocupação militar do território.

Entretanto, e seguindo as instruções de Jakarta, as forças da UDT aprisionam vinte e três militares portugueses que entregam, como reféns, às autoridades indonésias.

Quinze dias depois do golpe de força da UDT, enquanto o fogo cruzado atingia a zona do porto de Dili, onde se tinham concentrado as escassas forças portuguesas metropolitanas, uma mensagem rádio informava que a Indonésia encaminhava para Dili um barco para ir buscar e "*colocar em segurança*" o Governador português e o seu "*staff*". Tratava-se do destruir "*Mon Icidi*".

A fim de não ficar refém de nenhuma das forças beligerantes timorenses e de conseguir condições de segurança que permitissem a realização de conversações entre uma Missão Ministerial entretanto enviada de Lisboa e os partidos timorenses, o Governador Lemos Pires retirou-se, com a sua equipa, em 26 de Agosto de 1975, para a ilha de Ataúro, também parte integrante do Timor Português e situada a cerca de trinta quilómetros em frente da baía de Dili. Deste modo escapava também à cilada montada pelos indonésios que, ao oferecerem a sua protecção, desejavam que fosse o próprio Governador Português a solicitar a intervenção militar do país vizinho. Mas essa, tal como outras propostas no mesmo sentido, feitas pelos dirigentes indonésios aos governantes portugueses, foram sempre e sistematicamente recusadas.

Com o golpe de 11 de Agosto contra a administração portuguesa e a aproximação às teses indonésias por parte de alguns dirigentes da UDT, este partido perdeu rapidamente grande parte do apoio popular de que gozava. Em contrapartida a FRETILIN, tornada no único movimento verdadeiramente independentista, passou a gozar de um apoio muito mais amplo. Nestas condições a superioridade numérica e militar da FRETILIN torna-se de tal maneira grande que a UDT não tem outro remédio senão recuar até à fronteira de Timor Português com a Indonésia, onde acaba por pedir protecção. Um mês depois do começo da guerra civil esta terminou, em 24 de Setembro de 1975, com as forças da UDT, acompanhadas pelos dirigentes da APODETI, do KOTA e do Partido Trabalhista, a atravessar a fronteira e a entregarem-se completamente nas mãos da Indonésia.

Em fins de Setembro a FRETILIN controlava a situação em toda a metade oriental da ilha de Timor. Com insistência esta pede aos governos doutros países, especialmente os da região, para enviarem observadores para se inteirarem da situação vivida no território. Com o pretexto de que tal envio podia ser considerada uma interferência estranha e pôr em causa o papel de Portugal enquanto potência administrante, estes pedidos ficam sem resposta. Apenas algumas organizações humanitárias e jornalistas estrangeiros correspondem ao apelo. Estes podem constatar o efectivo controle do terreno pela FRETILIN, o amplo apoio popular de que esta goza e a relativa eficiência da administração transitória liderada pela Frente.

A Cruz Vermelha Internacional (CVI), convidada a operar no território, desenvolvia uma muito meritória acção no campo da saúde e da assistência desde finais de Agosto. Dispondo de liberdade de circulação, visitou todas as zonas onde houvera guerra civil, tendo o Chefe da Missão, André Pasquier, concluído que o número de mortos dessa guerra fratricida se situaria em cerca de mil e quinhentos. A situação nas prisões também pode ser controlada,

uma vez que a FRETILIN autorizou a visita da CVI a todos os locais de detenção.

Entretanto a Administração Portuguesa permanecia, simbolicamente, na ilha de Ataúro.

Quanto à UDT, tal como os vinte e três militares metropolitanos refens, estava nas mãos da Indonésia.

A APODETI tinha tão poucos apoiantes que o seu papel na guerra civil tinha sido quase nulo. Em termos políticos, no entanto, era mais um bom trunfo nas mãos da Indonésia.

Por diversas vezes a FRETILIN e Portugal tentam a via do diálogo para resolver o problema. As autoridades indonésias fazem saber que considerarão inaceitável qualquer negociação em que não participem os partidos cujos dirigentes se refugiaram no seu território e, ao mesmo tempo, impede estes de participar em qualquer negociação ...

Embora em Agosto e Setembro algumas forças indonésias tenham penetrado em território do Timor Português, junto à fronteira, é sobretudo em Outubro de 1975 que estas incursões se tornam mais importantes e violentas.

Não tendo conseguido obter a conviência da Potência Administrante para dar cobertura à ocupação militar, os indonésios vão tentar convencer a opinião pública mundial de que são os próprios refugiados timorenses que reconquistam o terreno perdido, apenas com o apoio de alguns voluntários indonésios.

Para manter essa ficção, não hesitam em assassinar cinco jornalistas da televisão australiana, em 16 de Outubro, para impedir que as filmagens por estes feitos dos ataques indonésios a Timor-Leste viessem a deitar por terra esta mistificação.

De 1 a 3 de Novembro reúnem em Roma os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia. Ambos concordam que a descolonização de Timor é uma responsabilidade de Portugal, e que devem ser iniciadas negociações entre Portugal e todos os partidos timorenses. Ao chegar a Lisboa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Major Melo Antunes) afirma que o Ministro Indonésio garantiu que o seu país não interviria militarmente nem sequer pressionaria o povo de Timor ...

Logo a seguir Portugal propõe aos partidos timorenses a realização de conversações entre 15 e 20 de Novembro. Todos concordam mas a UDT e a Apodeti - controladas pela Indonésia - discordam da data e também do local, Darwin, que tinha sido entretanto proposto. Mais uma vez o diálogo é inviabilizado pelas autoridades indonésias!

Em 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN, cansada de tentar a via do diálogo, declara unilateralmente a independência, que não é reconhecida nem por Portugal, nem pelas Nações Unidas.

Quando, a seguir à visita do Presidente Ford, dos Estados Unidos, a Jakarta, a Indonésia invade Timor-Leste, em 7 de Dezembro, Portugal rompe as relações diplomáticas com a potência invasora e apresenta queixa às Nações Unidas. Depois, impotente, a sua Administração retira-se do território. Cerca de quinze dias antes, em 25 de Novembro, a situação política portuguesa, que tinha atravessado uma crise muito difícil, sobretudo no verão de 1975, clarifica-se, no sentido da democracia. Mas nem assim os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e outras democracias se dispuseram a apoiá-lo e a travar os ímpetus anexionistas da Indonésia ...

6 - A ONU E OUTRAS INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS CONDENARAM A INVASÃO ... MAS OS INTERESSES DE MUITOS ESTADOS TÊM OS LEVADO A APOIAR, NA PRÁTICA, A OCUPAÇÃO

No próprio dia da invasão, 7 de Dezembro de 1975, o Governo Português cortou as relações diplomáticas com a Indonésia e solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para este tomar posição face ao "*acto de agressão*" que a República da Indonésia desencadeara contra o território de Timor Português.

Sem abdicar do seu estatuto de Potência Administrante, Portugal pedia assim, à ONU, o seu apoio para uma missão descolonizadora que, sózinho, não tinha sido capaz de levar a bom termo, e pedia à Comunidade Internacional que, no respeito pelas normas de convivência entre os povos e as nações, fizesse com que a Indonésia parasse a agressão e retirasse as suas tropas de modo a viabilizar uma autêntica autodeterminação do território de Timor-Leste.

Em 12 de Dezembro a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução segundo a qual, "*tendo ouvido as declarações dos representantes de Portugal, na qualidade de Potência Administradora, acerca dos acontecimentos de Timor Português (...)*",

"deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias, em Timor Português", (...) "exorta o Governo da Indonésia a que (...) retire, sem demora, as suas forças armadas do território, a fim de o povo timorense poder exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência" e recomenda ao Conselho de Segurança "*que adopte medidas urgentes para proteger a integridade territorial de Timor Português e o direito inalienável do seu povo à autodeterminação*" (...).

Em 22 de Dezembro de 1975 o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, uma resolução em que

(...) "*1. Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor-Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, de acordo com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;*

"2. Pede ao Governo da Indonésia que retire, sem demora, todas as suas forças do território;

"3. Pede ao Governo de Portugal que, na sua qualidade de Potência Administrante, coopere plenamente com as Nações Unidas, a fim de que o povo de Timor Oriental possa exercer livremente o seu direito à autodeterminação" (...).

Entretanto, em 10 de Dezembro, a Indonésia lança um segundo ataque, desta vez junto a Baucau, a segunda cidade do território, onde se situa o maior aeroporto da ilha.

Ignorando as resoluções da ONU, são desembarcados mais dez a quinze mil soldados indonésios em Dili, Liquiçá e Maubara, no dia de Natal de 1975. Em Abril de 1976 o número de militares indonésios em Timor-Leste atingia os trinta e cinco mil!

A anexação do enclave do Oe-Cusse teve lugar a 19 de Dezembro, e a ocupação da ilha de Ataúro, a 29 de Dezembro de 1975.

Tendo a UDT e restantes partidos da coligação manobrada pela Indonésia perdido a guerra civil, em 24 de Setembro de 1975, os seus dirigentes e cerca de três milhares de apoiantes, tinham recuado até à fronteira com o Timor Indonésia (levando consigo os 23 militares portugueses que a UDT tinha, entretanto, aprisionado). A Indonésia, antes de os deixar atravessar a fronteira, exigiu que os dirigentes políticos desses partidos - que

passariam a constituir o chamado MAC, Movimento Anti-Comunista - assinassem um documento em que pediam a integração de Timor-Leste no seu país.

Logo a seguir à invasão, a Indonésia levou para Dili os dirigentes desses partidos. Sem perder tempo, em 18 de Dezembro o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio anunciava, em Jakarta, que se tinha constituído em Dili um Governo Provisório, constituído por timorenses que tinham assinado o pedido de integração - em condições que não lhes permitiam outra escolha.

Em 31 de Maio de 1976 é anunciada a criação de uma *"Assembleia Representativa Popular"*, não eleita, mas formada "por consenso e consentimento", isto é, por pessoas escolhidas pelos ocupantes. Esta, logo na sua primeira reunião, aprovou por unanimidade uma petição dirigida ao Presidente Suharto para que aceitasse a integração do território na República da Indonésia. Alguns dias depois, uma delegação constituída por todos os membros da *"Assembleia Representativa Popular"* e do *"Governo Provisório de Timor-Leste"* faziam a entrega oficial da petição ao General Suharto. Em 16 de Julho o Parlamento Indonésio aceitou o pedido e no dia seguinte o Presidente da República da Indonésia promulgou o decreto de integração de Timor-Português como 27ª Província da Indonésia.

Só depois de terminada esta farsa é que a Indonésia libertou os militares portugueses que reteve em seu poder, durante quase um ano, como reféns.

Entretanto, com base no relatório de um representante do Secretário Geral da ONU que visitara Timor-Leste, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 22 de Abril de 1976, uma segunda resolução em que:

(...) *"Reafirmando o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência (...)"*

(...) *"Apela ao Governo da Indonésia para retirar, sem mais demora, todas as suas forças do território (...)"*

Esta resolução foi aprovada por 12 votos a favor, nenhum contra e com duas abstenções: - Japão e Estados Unidos da América ...

Já depois do Governo ter completado toda a farsa a que chamou de *"autodeterminação"* e até de *"independência"* de Timor Português *"pela integração na Indonésia"*, a Assembleia Geral das Nações Unidas voltou a debruçar-se em numerosas ocasiões, sobre a questão.

Assim, em 1 de Dezembro de 1976, aprovou por larga maioria uma resolução em que:

" 1 *Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência e a legitimidade da sua luta para alcançar esse direito;"*

"Reafirma as resoluções anteriores da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas;"

"Deplora vivamente a recusa persistente do Governo da Indonésia em acatar as decisões das referidas resoluções;"

" 5 *Rejeita a reivindicação de que Timor-Leste foi integrado na Indonésia, na medida em que o Povo do território não teve possibilidade de exercer livremente o seu direito à auto-determinação e independência;" (...).*

Apesar destas e doutras resoluções da ONU, muito depressa os Estados Unidos consideraram a integração de Timor-Leste na Indonésia como um *"facto consumado"*, embora reconhecendo que não houve um acto de autodeterminação. O conselheiro jurídico do Departamento de Estado, Sr. Aldrich, em Julho de 1981 explicaria a política americana a uma Sub-Comissão do Congresso declarando:

"Reconhecemos a validade da autoridade soberana da Indonésia em Timor-Leste, como reconhecíamos a validade anterior a 1975 da soberania portuguesa no território. Mas penso que, em teoria jurídica, quando a um povo lhe é geralmente reconhecido o direito à autodeterminação, e nós reconhecêmo-lo, este direito não se extingue e não se pelo exercício de um acto de autodeterminação, o que acho que não se verificou neste caso. Por isso digo que, em termos jurídicos, o direito à autodeterminação continua a existir".

O certo é que, se a primeira resolução do Conselho de Segurança da ONU teve o voto favorável dos Estados Unidos, a segunda já só contou com a abstenção deste país. E se na Assembleia Geral da ONU a resolução de 1975 contou com a abstenção americana, todas as restantes resoluções aprovadas nos anos seguintes pela mesma Assembleia contaram com o voto contra dos Estados Unidos da América.

Em 14 de Setembro de 1982 o Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos do Sudeste Asiático e Pacífico, John Holdridge, manifestou a uma Sub-Comissão do Congresso dos EUA a aprovação da administração Reagan da *"folha de serviços"* indonésia em Timor-Leste, e afirmou que o Governo Americano tinha aceite a incorporação do território embora reconhecendo que não tinha tido lugar um acto válido de autodeterminação ...

Idêntica posição foi reafirmada em Maio de 1990 por Donald Camp, do East Asia Bureau do Departamento de Estado que declarou que o Presidente Bush apoiava integralmente a *"incorporação"* de Timor pela Indonésia. E, embora alguns meses depois, quando o Iraque invadiu o Kuwait, os EUA se tenham querido apresentar ao mundo como os campeões da defesa dos pequenos povos e nações contra as ambições dos seus vizinhos mais poderosos, em Novembro de 1991 a Embaixada Americana em Lisboa voltou a lembrar que o Governo aceitava a integração de Timor-Leste na Indonésia embora reconhecendo que não teve lugar um acto genuíno de autodeterminação ...

A posição oficial australiana nas Nações Unidas evoluiu mais lentamente. Só a partir de 1978 passou a votar ao lado da Indonésia, contra as resoluções aprovadas na Assembleia Geral da ONU. Em Fevereiro de 1979, ao dar início a conversações com a Indonésia sobre a delimitação da região marítima entre a Austrália e Timor-Leste, passou a admitir, implicitamente a soberania do país vizinho sobre o território. Em 18 de Agosto de 1985, o Primeiro Ministro Australiano, Bob Hawke, interessado em acelerar as negociações sobre o petróleo do Mar de Timor, dá mais um passo no mesmo sentido, declarando publicamente o reconhecimento oficial da integração de Timor-Leste na Indonésia.

De forma aberta ou velada, outros estados forneceram armas, além de apoio político e financeiro, à Indonésia. Ao mesmo tempo procuraram fazer com que uma cortina de silêncio ocultasse as vendas ilegais de armas, feitas contra os princípios da Carta da ONU. O mesmo silêncio cúmplice permitia encobrir a duplicidade de muitos governos e a sua incoerência com os princípios de respeito pelo direito à autodeterminação e pelos direitos humanos que publicamente proclamavam. Foi esse silêncio que permitiu que o genocídio do povo de Timor-Leste fosse tão pouco conhecido durante dezasseis anos, tornando-se assim no mais poderoso aliado dos ocupantes indonésios na opressão e massacre dos ignorados e abandonados timorenses.

Além da ONU outras instâncias - como o Movimento dos Não-Alinhados, a União Inter - Parlamentar (UIP), o Parlamento Europeu (PE) e a Assembleia Paritária ACP-CEE (que reúne parlamentares dos países da África, Caraíbas e Pacífico e da Comunidade Económica Europeia) -, entre outras, têm também tomado posição na defesa do direito à autodeterminação do povo timorense.

Quanto à União Inter-Parlamentar (UIP), que reúne parlamentares de todo o mundo e das mais diversas correntes políticas, aprovou diversas resoluções como a duma reunião de 1981 que *"reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência e convida insistentemente a Indonésia a retirar as suas tropas para permitir o*

exercício desse direito".

Em fins de Setembro de 1982 a UIP aprovou um apelo de Portugal para que os Governos e os Paramentos de todo o mundo reconheçam e reafirmem o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência.

E até na reunião realizada em Banguecoque, na Tailândia (país que pertence, com a Indonésia, à ASEAN) de 7 a 12 de Outubro de 1987, a UIP aprovou por 791 votos a favor, 122 contra e 207 abstenções, uma resolução em que considera preocupante a situação em Timor-Leste e convida as partes intervenientes a colaborar com vista a encontrar uma solução de acordo com o princípio da autodeterminação.

Em 1 de Outubro de 1987 a Assembleia Paritária ACP-CEE, reunida em Lisboa, aprovou, por unanimidade, uma resolução em que:

- "1 - Condena a ocupação ilegal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia;*
- "2 - Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência;*
- "3 - Convida as partes interessadas a resolver a questão de Timor-Leste no quadro e segundo os princípios da Carta das Nações Unidas;*
- "4 - Encarrega os seus co-presidentes de transmitir a presente resolução ao Conselho de Ministros ACP-CEE, à Comissão e aos Governos dos Estados Signatários da Convenção de Lomé".*

No Parlamento Europeu a acção concertada dos parlamentares portugueses, de todos os partidos representados, sem excepção, levou a que, desde a entrada de Portugal para a CEE, em Janeiro de 1986, fossem aprovadas numerosas e importantes resoluções, de que são exemplos as de 10 de Julho de 1986, de 15 de Setembro de 1988 e de 23 de Novembro de 1989.

A resolução de 10 de Julho de 1986, aprovada por larguíssima maioria (162 votos a favor e apenas 3 votos contra e 4 abstenções) afirma:

" A. Considerando que desde Dezembro de 1975 a Indonésia ocupa, pela força, e menosprezando o Direito Internacional, o território de Timor-Leste; (...)" 1. Faz apelo ao Governo da Indonésia para que cesse imediatamente todas as hostilidades contra os habitantes de Timor-Leste, ponha fim à ocupação deste território e respeite o direito do Povo Maubere à autodeterminação" (...).

Na resolução de 15 de Setembro de 1988 o Parlamento Europeu:

"Considerando que o território de Timor-Leste foi invadido e ocupado em 7 de Dezembro de 1975, foi ilegalmente anexado em Julho de 1976, e tem estado, desde então, sujeito a ocupação forçada pela Indonésia; que esta situação provocou o genocídio de um terço da população, (...)"

(...) " Considerando que está a ser destruída a identidade cultural da população de Timor-Leste (...)"

"1 - Condena a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia e apoia o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste;

"2 - Defende o direito do povo de Timor-Leste a manter, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa decorrente da sua própria História;

"3 - Condena a política indonésia de negar a visitantes estrangeiros independentes a oportunidade de examinar livremente a situação no território e de investigar alegadas violações dos direitos humanos;"(...)

"9 - Insta os Estados-membros da Comunidade Europeia a tomarem iniciativas políticas que contribuam para a retirada das tropas indonésias de Timor-Leste,

condição indispensável para que sejam respeitados os direitos fundamentais da população e ao exercício do direito à autodeterminação incluindo o direito à independência, e a apoiarem os esforços do Secretário Geral das Nações Unidas no sentido de que sejam alcançados aqueles objectivos;

"10 - Solicita ao Secretário Geral das Nações Unidas que, nos seus esforços para encontrar uma solução do conflito, consulte não só Portugal e a Indonésia, mas também os representantes do povo de Timor-Leste, "Convergência Nacionalista";

"11 - Insta os Governos de todos os Estados-membros da Comunidade a suspender a venda de equipamento militar à Indonésia até que esta ponha cobro à ocupação ilegal de Timor-Leste;"(...)

"15 - Pede a todas as Instituições da CEE que tenham em atenção a actual situação colonial em Timor-Leste e os termos da presente resolução nas relações que se desenvolvem no quadro CEE-ASEAN; (...)"

A resolução de 23 de Novembro de 1989, aprovada na sequência da visita papal ao território e da repressão que se lhe seguiu:

(...)" 1. Reafirma a sua exigência de que seja reconhecido o direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste, a exercer segundo as normas do direito internacional"

(...)" 4. Condena, mais uma vez o genocídio que a Indonésia leva a cabo em Timor-Leste" (...)

Em 28 de Junho de 1991 é a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (que reúne 25 países) que aprova, por sua vez, na reunião do seu Conselho Permanente em Helsínquia, uma resolução em que se afirma:

(...) "4. A Assembleia condena a anexação de Timor-Leste pela Indonésia, que considera ser uma violação do direito internacional e, mais especificamente, do direito dos povos à autodeterminação e independência;

"5. Condena, igualmente, as contínuas e graves violações de direitos humanos que as forças ocupantes indonésias têm infligido ao povo de Timor-Leste e afirma o direito do Povo Timorense a decidir o seu próprio destino político e de preservar, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa;

"6. Assinala que Portugal, que é a potência administrante reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, está legal e moralmente obrigado a promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste (Constituição da República Portuguesa) e apoia as múltiplas iniciativas de Portugal tomadas nesse sentido, desde 1975".

(...) "8. A Assembleia pede que o Governo Indonésio:

"i - ponha termo às violações das normas internacionais que estabelecem os direitos humanos e o direito dos povos à autodeterminação e independência;

"ii - abra as fronteiras de Timor-Leste e permita às organizações internacionais de auxílio e de defesa dos direitos humanos, a começar pela Cruz Vermelha, desenvolver o seu trabalho no território;

"iii - ordene um cessar-fogo imediato com as forças de resistência timorenses, retire as suas forças armadas de Timor-Leste, e crie pré-condições para o exercício da autodeterminação.

"9. Finalmente a Assembleia pede aos estados membros do Conselho da Europa que:

"i - Insistam numa solução política no quadro das Nações Unidas, envolvendo

Portugal, Indonésia e o povo de Timor-Leste;

- "ii - Insta os países com laços económicos com a Indonésia a pressionar a Indonésia a pôr termo a todas as violações dos direitos humanos e a qualquer apropriação dos recursos naturais de Timor-Leste, e propõe;*
- "iii - que forneçam apoio alimentar e sanitário ao povo de Timor-Leste;*
- "iv - e implementem um embargo de armas à Indonésia até que os objectivos fixados no parágrafo 8 tenham sido atingidos".*

Já depois do massacre de Santa Cruz, que teve lugar em Dili em 12 de Novembro de 1991 e a que mais adiante faremos referência, em 3 de Dezembro de 1991 a Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO) aprovou, por unanimidade, a resolução de que a seguir se citam alguns extractos:

"1 - (...) A Assembleia condena o massacre de 12 de Novembro, em Timor-Leste, e a contínua violência perpetrada pela forças ocupantes indonésias."

(...) "3 - A Assembleia, face a uma política de anexação forçada do Governo Indonésio, que constitui um crime de genocídio que prossegue e se agrava, considera que a Comunidade Internacional deve desenvolver acções que conduzam à criação de condições de exercício, pelo povo de Timor-Leste, do direito à autodeterminação e à independência. (...)

"4 - Neste sentido, a Assembleia Parlamentar da UEO exige que o Governo Indonésio:

- "a) - Cesse toda a violência e toda a violação das normas internacionais que exigem o respeito pelos direitos do homem e o direito dos povos à autodeterminação e independência;*
- "b) - Proceda à retirada das forças armadas do território de Timor-Leste e crie condições políticas necessárias ao livre exercício da autodeterminação;*
- "c) - Concretize a abertura efectiva e imediata do território de Timor-Leste e permita às organizações de ajuda internacional e de defesa dos Direitos do Homem, assim como às missões das Nações Unidas, de aí exercer as suas actividades humanitárias e avaliar a situação no que se refere à violação dos Direitos do Homem.*

"A Assembleia pede a todos os estados membros:

- "i) - O embargo imediato de armas com destino à Indonésia;*
- "ii) - A suspensão imediata dos acordos e apoios militares à Indonésia".*

No mesmo dia 3 de Dezembro de 1991 o Conselho de Ministros dos doze países da CEE (Comunidade Económica Europeia) condenou a actuação da Indonésia em Timor-Leste, propondo-se reavaliar a cooperação com este país *"tendo em conta as reacções das autoridades indonésias às sérias preocupações expressas pela comunidade internacional"*.

Na declaração aprovada nesse conselho de Ministros, a Comunidade Europeia exige uma investigação *"exaustiva e credível"* dos acontecimentos de Novembro de 1991 em Timor-Leste, levada a cabo por peritos *"independentes e imparciais"*. Nessa declaração os ministros dos doze países europeus manifestam o seu apoio a uma solução justa, e internacionalmente aceite, da questão de Timor-Leste, que respeite os princípios da Carta das Nações Unidas e *"tendo em conta a necessidade de defender os direitos humanos, as liberdades fundamentais e o completo respeito pelos legítimos interesses e aspirações da população do território"*.

7 - EM CONSEQUÊNCIA DA OCUPAÇÃO INDONÉSIA JÁ MORRERAM MAIS DE DUZENTOS MIL TIMORENSES, VITIMAS DE UM AUTÊNTICO GENOCÍDIO

Tendo em conta o censo português de 1970 e uma estatística da Igreja Católica de 1974 que indicava que Timor-Leste tinha, nesse ano, 688.771 habitantes, em Dezembro de 1975 estes deveriam ser muito perto de setecentos mil. Isto contando já com os cerca de dois a três mil timorenses que em 1975 tinham conseguido sair do território e os mil e quinhentos que terão morrido na guerra civil entre a FRETILIN e a UDT.

Três anos depois da invasão, em 25 de Dezembro de 1978, as autoridades indonésias estimavam a população do território em 498.433 pessoas. E em 1980 a Igreja Católica recenseou apenas 425.000 !!!

Ainda que possa haver algum erro nestas estatísticas isto significa que mais de 200.000 timorenses (cerca de um terço da população do território) teria morrido nos primeiros cinco anos de ocupação indonésia, em consequência da invasão, da guerra, dos assassinatos de presos - muitos dos quais foram torturados até à morte - e da fome que as razias feitas pelas Forças Indonésias e a instalação dos timorenses em campos de concentração, sem campos de cultivo suficientes, provocaram.

Para que o mundo ignorasse este genocídio, as Forças Indonésias não hesitaram em assassinar jornalistas estrangeiros que ousaram ficar no terreno para testemunhar.

Os cinco primeiros, pertencentes a duas equipas da televisão australiana, do Canal 7 de Melbourne e do Canal 9 de Sidney, foram mortos em 16 de Outubro de 1975. Filmavam a conquista de Balibó, no Timor-Português, pelas Forças Armadas Indonésias vindas do Timor Indonésio. Nessa altura a Administração Portuguesa permanecia, simbolicamente, na ilha de Ataúro e a FRETILIN, que tinha vencido a guerra civil contra a UDT, controlava o território oriental de Timor. Ao tentar a invasão a partir da fronteira terrestre, o Governo Indonésio procurava escamotear o recurso à aviação e à marinha, para dizer internacionalmente que eram refugiados timorenses que estavam a reconquistar o terreno com apoio, apenas, de "voluntários" indonésios.

As imagens e os testemunhos das duas equipas de televisão australianas que se encontravam em Timor-Leste e se tinham deslocado até perto da fronteira quando constou que era aí que a Indonésia ia atacar, desmistificariam completamente essa farsa. Foi por isso que foram mortos os jornalistas Greg Shackleton e Malcolm Rennie, o operador de som Tony Stewart e os operadores de câmara Jan Cunningham e Brian Peters.

Não muito longe dali, em Maliana, o jornalista português Adelino Gomes assistiu ao ataque a que se seguiu o assassinato dos cinco jornalistas. Os militares indonésios responsáveis por esta operação (Coronel Dading Kalbuardi e Major Yunus) foram, pouco depois, promovidos. E o fotógrafo oficial da operação foi condecorado pelo General Suharto.

O Governo Australiano, por seu lado, embora um pouco embaraçado com o impacto deste crime na opinião pública, promoveu um inquérito pouco conclusivo e equívoco. As boas relações com Jakarta e o petróleo do Mar de Timor eram mais importantes do que os jornalistas australianos assassinados ...

Em princípios de Dezembro de 1975 os indícios de que a Indonésia iria desencadear uma ofensiva em grande escala, por ar e mar, particularmente junto da capital, Dili, levou as autoridades australianas a aconselhar vivamente os seus cidadãos a sair do território. O jornalista australiano Roger East preferiu permanecer em Timor-Leste, mesmo quando, em 6 de Dezembro de 1975, os membros da Missão Internacional da Cruz Vermelha partiram para

Ataúro. O Presidente Gerald Ford tinha dado "luz verde" à invasão, na sua passagem por Jakarta (donde saíra nesse mesmo dia).

No dia seguinte, 7 de Dezembro de 1975, poucas horas depois da invasão indonésia, com lançamento de centenas de paraquedistas e desembarque de cerca de dez mil soldados, Roger East era assassinado pelos invasores indonésios, juntamente com mais de cem timorenses, no porto de Dili.

Durante treze anos, de Dezembro de 1975 a Dezembro de 1988, as autoridades indonésias impõem um bloqueio noticioso quase completo à parte oriental da ilha de Timor. Ao longo desses treze anos, raríssimos serão os jornalistas estrangeiros a entrar no território. Mas, apesar das suas visitas serem extremamente curtas, de serem autorizadas apenas em períodos de maior acalmia, e de serem estritamente controladas, a situação que descrevem é a de uma população dizimada pela guerra, pela fome e por todo o género de arbitrariedades e atrocidades das forças ocupantes.

Quanto à Cruz Vermelha Internacional (CVI), só em 24 de Março de 1979 é autorizada a visitar temporariamente, e de forma muito limitada, Timor-Leste. Durante mais de três anos até mesmo à Cruz Vermelha foi completamente vedada a entrada!.

Num dos seus primeiros relatórios, elaborado em 1979, a Missão da CVI afirma que a situação humanitária em Timor-Leste é pior do que no Biafra durante a guerra da cessação, e que é urgente uma campanha imediata de apoio alimentar e médico para evitar a morte de dezenas de milhar de timorenses.

A estatística que a seguir se reproduz, elaborada pelo próprio "Governo Provincial de Timor" criado pelos ocupantes, e citado num relatório de uma Comissão do Senado Australiano mostra que nos primeiros quatro anos de ocupação mais de 85% do gado existente em Timor-Leste foi dizimado!

	1973 (milhares)	1979 (milhares)	Redução em Porcentagem
. Bufalos	141	24	83%
. Cavalos	139	15	89%
. Porcos	305	27	91%
. Ovelhas e Cabras	318	36	88%

Embora em fins de Abril de 1983 o Center for Defense Information, de Washington, tenha publicado uma estimativa de 100.000 a 250.000 mortos no conflito de Timor (que o colocava em 2º lugar entre as guerras mais mortíferas em curso, nessa altura, só ultrapassado, em valor absoluto, pelo extermínio no Camboja!), durante muito tempo a Administração Americana tentou minimizar esses números.

Em princípios de 1977 um destacado funcionário do Congresso afirmava que só dois mil timorenses tinham morrido no conflito.

Como esse número era ridicularmente desajustado, pouco depois Robert Oakley falava em dez mil mortos. Obviamente que o Departamento de Estado conhecia relatórios indonésios com números muitíssimo superiores e também conhecia um relatório da Igreja datado de finais de 1976 que já indicava, nessa altura, cerca de cem mil mortos. Mas a arte de manipular a opinião pública em países sem censura é minimizar os factos, quando eles ocorrem, e só

lhes dar a sua verdadeira dimensão quando são do passado e, por isso, já perderam o impacto ... É uma tática que tem sido sucessivas vezes usada, a propósito do drama de Timor; não só pelo Governo dos Estados Unidos, mas também por outros governos democráticos e que se dizem defensores dos direitos humanos ...

Enquanto o regime de Pol Pot assassinava cerca de dois milhões e meio de cambojanos, numa população de perto de nove milhões, em nome de princípios radicais de inspiração comunista, o regime militar do General Suharto era responsável por um genocídio proporcionalmente tão grave se não mais mortífero ainda, eliminando perto de um terço de população de Timor-Leste, em nome de valores de liberdade e de interesses ocidentais ...

Como se não bastasse matar, os ocupantes indonésios lançam campanhas de esterilização forçada de mulheres timorenses. Em 1987 o próprio Sub-Comité das Operações Exteriores do Congresso Americano manifesta a sua preocupação acerca de *"um programa de controlo da população imposto em Timor-Leste pelas autoridades ocupantes, apesar do severo despovoamento da ilha após a invasão indonésia em 1975"*. Dois anos depois, em Janeiro de 1979 o *"Governador"* do território, nomeado por Jakarta, também reconhece o facto que lamenta em virtude das repercussões internacionais que estava a ter.

Além de um genocídio físico, as autoridades indonésias promovem o genocídio cultural do povo timorense. Proíbem as práticas animistas tradicionais, prendendo e assassinando mesmo, nalguns casos, os seus praticantes. Tentam proibir o uso da língua portuguesa, e até da língua veicular corrente entre os timorenses, o tetum, cuja substituição pelo bahasa indonésio impõem. Aliciam timorenses a converter-se ao islamismo - sem grande sucesso, porque a população reage convertendo-se ou reforçando a sua adesão à Igreja Católica - ... E, talvez pior do que a imposição da língua, promovem a transmigração de indonésios para Timor-Leste.

Com razão a Conferência Episcopal Portuguesa, em nota do seu Conselho Permanente datada de 28 de Março de 1984 afirmava:

"Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar-se que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada. Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, "cultural", este mais grave do que o primeiro porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras".

8. APESAR DO SEU COMPLETO ISOLAMENTO O POVO MAUBERE RESISTE À OCUPAÇÃO INDONÉSIA

Quando os generais indonésios decidiram invadir e anexar Timor-Leste afirmaram-se convencidos de que em escassos dias teriam o território e a sua população inteiramente sob controle. Era enorme a desproporção de forças, entre a quinta nação mais populosa do globo e o pequeno e sub-desenvolvido povo timorense. Além disso este não podia contar com apoio militar exterior nem com *"santuários de recuperação"* em qualquer país vizinho, pois que à volta de Timor-Leste só há mar e a parte ocidental da ilha, pertencente à potência ocupante ...

Por tudo isto, e pelas relativas semelhanças étnicas e de povoamento das duas partes de Timor, muitos políticos pensaram que a integração seria fácil e a resistência depressa se diluiria ou seria eliminada.

Ao fim de dezasseis anos de horror é-se obrigado a concluir o contrário. A resistência à integração mantêm-se, é mais generalizado e está muito mais fortemente enraizada no coração dos timorenses hoje do que quando se deu a invasão.

Duas realidades marcantes estão por detrás dessa surpreendente resistência:

- Por um lado, a enorme diferença cultural que separa os timorenses dos indonésios e, muito especialmente, dos javaneses;
- Por outro lado, o comportamento brutal das forças indonésias que, em vez da submissão pelo terror, provocou a mais profunda e generalizada revolta.

O horror foi tão grande, que as próprias divisões entre timorenses, quer étnicas, quer culturais e até políticas, se esbateram, e deram lugar a um sentimento nacional cada dia mais forte e generalizado. E se no início só alguns sectores de resistentes timorenses se diziam Mauberes, hoje é com orgulho que a maioria da população timorense a si mesma se designa por esse nome, símbolo, ele também, da Resistência Nacional à ocupação indonésia da sua Pátria.

Numa 1ª fase, de Dezembro de 1975 a Agosto de 1977, a maioria da população refugiou-se nas montanhas, protegida pelas forças da FRETILIN. Estas, designadas por Falintil, travam uma guerra quase de tipo clássico com os invasores.

O fornecimento de aviões americanos Bronco OV 10, primeiro, e britânicos Hawk, depois, vai permitir à Indonésia fazer autênticas razias e desencadear campanhas de cerco e aniquilamento que eliminarão a quase totalidade das Falintil e uma parte significativa da população. É a 2ª fase de guerra, que caracteriza os anos de 1977 e 1978 e que se salda, em 31 de Dezembro de 1978, pela morte em combate do segundo Presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato. (O primeiro Presidente, Xavier do Amaral, entretanto rendera-se). Até 1981 as forças indonésias continuarão a perseguir pequenos grupos de resistentes e de populações ainda não acantonadas em campos de concentração.

Apesar das promessas de amnistia, o comportamento das forças indonésias é de tal modo brutal, e é tão bárbara a maneira como tratam muitos dos que se rendem, que a partir de 1981 a Resistência renasce das cinzas liderada, agora, por Xanana Gusmão.

Desapontada com este ressurgimento a Indonésia não hesita em mobilizar largos milhares de timorenses civis, desarmados, que obriga a marchar à sua frente, para servir de escudo na luta contra os resistentes. É a 3ª fase, que termina com Conversações de Paz em 23 de Março de 1983. Em Lari-Gutu o Comandante das Forças Indonésias em Timor, Coronel Purwanto, e o líder da Resistência, Xanana Gusmão, estebelecem um cessar fogo.

De Março a Agosto de 1983 (4ª fase) o cessar fogo será respeitado. Os nacionalistas timorenses propõem um Plano de Paz que prevê a realização de "*consultas livres e democráticas ao Povo Maubere*", depois de um período de transição.

Em 10 de Maio de 1983, o Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, o Comandante-em-Chefe das Falintil Kay Rala Xanana Gusmão, esclarecia, em comunicado:

"A FRETILIN declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A Fretilin declara, por isso mesmo, que não deseja nem desejará que Timor-Leste seja um foco de irradiação de conflitos. Timor-Leste será um país não-alinhado e seguirá a política de coexistência pacífica. Os seus princípios regularão as relações com todos os Países e estreitarão os laços de cooperação no plano técnico, económico e cultural com os seus vizinhos. O Povo Maubere sabe que deve respeitar

os interesses dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados".

Uma adenda a este Plano de Paz prevê ainda:

- " I - Participação de Portugal, como potência descolonizadora, representado por um Alto Comissário*
- " II - A formação, durante o período de transição, de um Governo de Unidade Nacional, com a participação de Portugal, com um Alto Comissário, até às primeiras eleições gerais".*

Infelizmente a contra-informação indonésia conseguiu apresentar ao mundo estas Conversações de Paz como uma rendição da FRETILIN, e a oportunidade de se alcançar uma paz justa e uma solução durável e conforme ao direito internacional, gorou-se.

Durante o cessar fogo houve contactos *"amistosos"* entre ocupantes e resistentes, o que levou os primeiros a pensar que tinham ficado a conhecer a estrutura e as táticas da guerrilha.

Em vez de terem em conta o Plano de Paz apresentado pela Resistência Maubere, em Agosto de 1983 o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias, General Benny Murdani, publicamente ameaça:

"se os guerrilheiros da Fretilin não aceitarem a oferta de amnistia feita pelo Governo em Timor-Leste, então o Governo desencadeará um golpe decisivo".

"Desta vez não haverá mais brincadeiras e não haverá misericórdia", acrescentou.

"Não posso deixar a unidade do país ser destruída".

"As forças Armadas usarão todos os meios que possuem numa operação de limpeza para varrer os rebeldes que restam da Fretilin".

O general prometeu e cumpriu.

De facto, em 17 de Agosto - aniversário da independência da República da Indonésia -, desencadeava uma violentíssima acção militar.

Contrastando com esta situação de guerra aberta, na qual a Indonésia empregava dezenas de milhar de homens e todo o género de meios bélicos ao seu dispor para esmagar a Resistência, massacrava toda a população da aldeia de Kraras e fazia extensas violações dos Direitos do Homem, o representante indonésio, ao discursar em 1 de Setembro de 1983 perante o Comité de Descolonização das Nações Unidas, descrevia a situação em Timor-Leste do seguinte modo:

"A província está em paz. As feridas da guerra civil incitada pela FRETILIN e pelos portugueses foram saradas. Toda a população está activamente envolvida no desenvolvimento económico, social e cultural da sua província, como parte da República Indonésia".

Tendo em conta os enormes meios bélicos empregues contra a Resistência Maubere, o General Benny Murdani previu o termo total da rebelião até 5 de Outubro de 1983, e prometeu apresentar em Jakarta, nessa data - que é a festa das Forças Armadas Indonésias - importantes troféus da guerra de Timor. Pensava, naturalmente, em apresentar o Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, vivo ou morto, e outros dirigentes da guerrilha.

Mas essa promessa não a cumpriu o Comandante-em-Chefe indonésio.

Não só não conseguiu apanhar nenhum dirigente da FRETILIN, como teve que adiar,

sucessivas vezes, a data de termo do Estado de Excepção em Timor-Leste.

Em meados de Outubro de 1983, o "Governador" do território, Mário Carrascalão, já era mais prudente, mas ainda afirmava:

"Creio que tudo estará terminado dentro de meses. Creio que no espaço de alguns meses a situação em Timor-Leste estará completamente normal" ...

Em Janeiro de 1984 Jakarta ainda previa que as operações pudessem terminar no mês seguinte.

Mas os anos foram passando e as operações de grande envergadura, envolvendo as melhores tropas de elite do regime indonésio, incluindo as forças sob o comando do coronel Prabowo, genro do Presidente Suharto, foram-se repetindo sem grande sucesso. Nalguns casos, como em 1985, a população civil timorense é de novo mobilizada para servir de escudo às tropas indonésias.

A guerrilha estende-se, de novo, a quase todo o território, embora com acções pouco frequentes, a fim de não sofrer um desgaste excessivo e de poder aguentar uma resistência prolongada.

De Agosto de 1983 a Setembro de 1989 podemos considerar que a resistência à ocupação passa por uma 5ª fase em que se reforça a Unidade Nacional e se desenvolve a luta clandestina nas cidades.

Correspondendo à unidade conseguida no interior do território, onde membros da UDT, da APODETI e doutros partidos que apoiaram a integração participam também na Resistência, os representantes exteriores da FRETILIN e da UDT formam a Convergência Nacionalista, assinando, em 18 de Março de 1986, um Acordo de Cooperação Mútua, em que afirmam defender a *"instauração de um regime democrático, de tipo ocidental, em Timor-Leste"*.

Além disso as duas organizações políticas timorenses mostram-se dispostas a cooperar com vista a *"um mais correcto posicionamento da questão de Timor-Leste, no plano internacional, de modo a concitar as atenções para o que efectivamente está em causa: - a defesa do direito internacional e dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem"*.

Em coerência com estas posições, as Falintil deixam de ser as forças armadas da FRETILIN, para se tornarem nas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste. É o que declara o seu líder, em mensagem de 7 de Dezembro de 1987, da qual citamos:

"as Falintil só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa das liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor-Leste! Para que as gloriosas Falintil possam vir a cumprir plenamente a sua missão, dentro da estrutura do governo, seja qual for a tendência política do executivo, necessário se tornava afirmar desde já a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste".

Em carta de 31 de Dezembro de 1988, para completar o processo de despartidarização das Forças Armadas de Libertação Nacional, o Comandante-em-Chefe, Xanana Gusmão, comunica a sua saída da FRETILIN.

Em 5 de Outubro de 1989 é de novo Xanana Gusmão quem esclarece e precisa melhor ainda:

"As Falintil (...) adquiriram, nestes últimos onze anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertas de qualquer dependência política para com determinado partido". (...)

"As Falintil não fazem política, mas desde já estão empenhados a ajudar a construir uma nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direitos universais do Homem.

"O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construindo com os seus cadáveres!). Estado livre e não-alinhado que não renunciará ao firme propósito de se candidatar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional".

Simultaneamente, a luta nas cidades e regiões controladas pela Indonésia vai-se organizando. Criam-se redes clandestinas, que furam o bloqueio noticioso que foi imposto à ilha de Timor, e começam a surgir as primeiras manifestações. Nalguns casos estas consistem apenas no hastear de bandeiras da Fretilin ou de Portugal (como aconteceu em Dili na noite de Natal de 1987). Noutros casos são panfletos, distribuídos clandestinamente, como aqueles que em 11 de Novembro de 1987 apareceram no Palácio das Repartições, no Quartel General, no Parlamento Provincial de Timor e noutros edifícios públicos e diversas zonas de Dili, e nos quais se lê:

"Fora de Timor, cães indonésios, queremos o regresso dos portugueses para a auto-determinação e independência da nossa Pátria, Timor-Leste".

Logo a seguir, alguns padres timorenses e um missionário português são interrogados pelos serviços secretos indonésios e sujeitos a fortes pressões e ameaças.

Com o envio de estudantes timorenses, como bolseiros, para as universidades indonésias de Jakarta e Yogyakarta, em Java, de Dempasar, em Bali, e outras, a rede clandestina estende-se até ao coração da Indonésia. E, apesar das denúncias que levam alguns estudantes timorenses à prisão, e que, em certos casos, acabam na morte "acidental" de outros - como aconteceu ao recém-licenciado em Economia, José António Moniz da Silva, em 15 de Dezembro de 1987 - a luta do Povo Maubere começa a ser conhecida dos universitários indonésios.

A visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, em 12 de Outubro de 1989, marca o início do que poderemos chamar a 6ª fase da Resistência.

Agora é a própria juventude timorense, educada no sistema indonésio, que se manifesta contra a ocupação, e são também os universitários indonésios que acordam para o problema.

A primeira manifestação estudantil em que a juventude gritou alto o seu desejo de independência ocorreu no fim da missa que o Papa celebrou em Taci-Tolu, nos arredores de Dili.

Francesc Valls, jornalista do diário madrilenho El País, foi um dos jornalistas que presenciou os acontecimentos. São dele os dois parágrafos que a seguir reproduzimos:

"O cuidado minucioso com que o Governo Indonésio preparou a visita do Papa a Dili, capital de Timor-Leste, veio ontem por água abaixo devido a uma manifestação contra a anexação desta ex-colónia portuguesa pela Indonésia que a ocupou em 1975. Os gritos por um Timor-Leste independente ecoaram em português e tetum, quando João Paulo II concluiu, com as palavras "'ite missa est", a celebração eucarística da que se previa ser a etapa mais polémica da viagem que o Pontífice realiza ao Sudeste Asiático".

E, mais adiante, conta o mesmo jornalista espanhol:

(...) *"Entretanto avolumavam-se os gritos a favor da independência de Timor. As forças de segurança começaram a actuar a partir de então com mais contundência contra os jornalistas. Arrebataram as máquinas fotográficas a dois deles destruindo os filmes. Os manifestantes, envoltos numa grande poeira, defendiam-se atirando cadeiras e pedras contra a polícia"* (...).

Em quinze de Janeiro de 1990, cerca de 400 jovens timorenses aproveitam a visita a Dili do embaixador dos Estados Unidos da América acreditado em Jakarta para fazerem uma manifestação junto ao hotel onde este se instalou. Nos cartazes que empenhavam podia ler-se, escrito em inglês: - *"Independência ou Morte"; "Integração não e nunca"; "Indonésios fora do nosso país"*. As forças indonésias invadem o jardim do hotel. Os confrontos chamam a atenção do embaixador, que vem à porta e começa a falar com os manifestantes. Estes pedem desculpa de o incomodarem e afirmam desejar apenas levar ao seu conhecimento as violações dos direitos humanos em Timor e apelar às Nações Unidas para intervir no território. O diálogo entre os manifestantes e o embaixador John Monjo durou perto de uma hora.

Quando o embaixador abandonou o local, de automóvel, as forças de ocupação carregaram sobre os manifestantes, fazendo numerosos feridos e prisioneiros. O próprio embaixador denunciou a violência da repressão!

Na sequência destas manifestações as autoridades militares indonésias criaram *"esquadrões da morte"*. Em fins de Janeiro de 1990 estes esquadrões começam a actuar e aparecem em Dili quatro cadáveres de pessoas tornadas irreconhecíveis pelas mutilações que sofreram ...

Entretanto, é também em Janeiro de 1990 que reaparece o *"Periódico da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste"*, *"Neon Metin"*. Nacionalista e apartidário, este jornal clandestino tinha vindo à luz em 1989, mas a repressão das autoridades indonésias obrigara-o a silenciar-se, para reaparecer, revigorado, nos princípios de 1990.

Já em 7 de Setembro de 1989, num gesto precursor desta nova fase, cerca de uma centena de estudantes universitários timorenses que se encontravam a frequentar cursos na Indonésia, tinham assinado uma carta ao Secretário Geral da ONU, na qual pediam:

- *"a retirada imediata e incondicional de todas as forças indonésias, todo o aparelho burocrático e os imigrantes que têm vindo a servir de aparelho de coerção do Governo de Jakarta na ocupação ilegal da nossa Pátria, na apropriação dos nossos bens, na exploração do nosso subsolo e na extermínio do nosso povo;*
- *"a realização imediata de um referendo;*
- *"a participação dos legítimos representantes do povo de Timor-Leste, nomeadamente a Convergência Nacionalista (UDT-FRETILIN), em todos os foruns internacionais onde se delineiam soluções para o caso de Timor-Leste".*

Os estudantes apoiam:

"a posição firmada pelo Bispo de Dili, D. Ximenes Belo, na sua carta de 6 de Fevereiro de 1989 ao Secretário-Geral da ONU" em que este propõe a realização de um referendun, e manifestam a "sua simpatia à solidariedade demonstrada pelas Organizações Internacionais (governamentais e não-governamentais)".

A carta termina afirmando que:

"a realização dos interesses do povo timorense passa necessariamente pela autodeterminação e independência total."

Em 26 de Dezembro de 1989, universitários timorenses a estudar na ilha indonésia de Bali, manifestam-se contra a repressão que atinge os seus colegas em Dili. A manifestação é duramente reprimida e, dias depois, um dos estudantes timorenses, chamado José Carvalho, é encontrado morto na ribeira de Seliwang, em Bogor ...

Revoltados com esta situação, até universitários indonésios começam a quebrar o silêncio.

Foi o que fez o estudante Ammarsyah, do Instituto de Tecnologia de Bandung, perante o tribunal que o julgava, em 31 de Janeiro de 1990. Este estudante foi preso, juntamente com outros cinco, por terem organizado uma manifestação em defesa da democracia, aquando da visita do Ministro Rudini, do Interior, ao Instituto, em 5 de Agosto de 1989. Tornado réu, decidiu aproveitar o julgamento para expôr as suas ideias sobre a situação em Timor e na Indonésia, com uma intervenção intitulada: *"Indonésia, a história da baioneta e do elmo de aço"*. Nesta intervenção, e depois de referir numerosas violações dos direitos humanos no seu país, o estudante indonésio declarava em tribunal:

"Meretíssimos juízes, debrucemo-nos agora sobre o extermínio que ocorreu em Timor-Leste"; e citando relatórios da Amnistia Internacional e da Cruz Vermelha Internacional, denuncia os massacres de aldeias inteiras e morte de um terço da população timorenses, as deportações, as prisões arbitrárias e sem julgamento, e os "desaparecimentos" de prisioneiros. É um "segredo público", dizia o estudante Ammarsyah, "que os gabinetes de administração distrital e os postos militares locais eram utilizados como lugares de interrogatório e tortura dos presos". E, a terminar a parte dedicada a Timor-Leste, lê integralmente a carta do Bispo Ximenes Belo, de Dili, datada de 6 de Fevereiro de 1989, em que este pede ao Secretário-Geral da ONU "para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um referendium". Segundo afirmou em tribunal o estudante indonésio, feito réu, esta carta "levanta novamente a questão da descolonização de Timor-Leste".

Outro exemplo, no mesmo sentido, é o do relatório produzido pelo Departamento de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Rural e regional, da prestigiosa Universidade Gajah Mada, de Yogyakarta (Java). Este relatório, de cento e trinta páginas, foi feito com base num estudo realizado nos primeiros meses de 1990. As suas conclusões deveriam ser o ponto central de um seminário a realizar em Dili em 19 de Abril de 1990, com o patrocínio do Banco Central da Indonésia e do Gabinete de Planeamento para o Desenvolvimento de Timor-Leste. Mas dado o teor do relatório e das suas conclusões, o Seminário foi subitamente cancelado, por *"razões técnicas"*, como justificaria o Ministro da Defesa Indonésio.

Segundo este relatório, *"embora o governo indonésio considere que a integração resolveu o problema da descolonização, os timorenses não pensam o mesmo"* (p 7). E noutro passo:

"A apatia e a indiferença das populações face aos programas, mostram que não só não existe uma adaptação recíproca entre nós e os timorenses, como também - e sobretudo - evidenciam que a rejeição à nossa presença cresce e se desenvolve num processo natural".

A equipa que procedeu às investigações em Timor-Leste nos primeiros meses de 1990 era dirigida pelo Professor Mobyarto, e já tinha estado no território em 1981 e em 1989. Daí a facilidade com que pôde fazer comparações e apreciar o evoluir da situação.

Conforme estes investigadores universitários indonésios afirmam no seu relatório, a sociedade timorense está traumatizada pela continuada situação de guerra, e *"mesmo entre a*

elite timorense existe um sentimento de ódio" (em relação às Forças Armadas Indonésias). Uma das principais recomendações do relatório é, pois, que se tomem medidas que "ponham fim à situação de guerra".

Outra recomendação pode ler-se na seguinte passagem:

"Considerando os estreitos laços que unem os timorenses à sua terra de origem e aos seus costumes, recomenda-se o cancelamento do programa de re-instalação de famílias. A população das aldeias estratégicas deveria ser autorizada a regressar às suas aldeias de origem, de forma a poder cultivar a sua própria terra e viver de acordo com os seus próprios costumes (p. 129)"

Sobre a Igreja Timorense o relatório da Universidade indonésia afirma:

"A competição entre a Igreja Católica e o Governo Indonésio está no centro do problema. Como padroeira, a Igreja Católica conta com um importante recurso, o povo em massa, mas não tem recursos materiais; o Governo tem recursos abundantes e outros meios, como os seus poderes coercivos, mas não tem o apoio da população" (p. 9).

Entretanto, logo a seguir a um duríssimo discurso do Ministro da defesa Indonésio, feito em Dili em 3 de Fevereiro de 1990 e contrariando completamente as recomendações do relatório acabado de referir, chegam a Timor-Leste mais algumas dezenas de milhar de soldados indonésios. O objectivo é, mais uma vez, apanhar o líder da Resistência Maubere, Xanana Gusmão, e acabar com esta. Repetem-se os massacres (desta vez em aldeias dos concelhos de Ainaro (como Lour), e de Bobonaro. De novo as prisões se enchem. Os prisioneiros voltam a ser torturados e as mulheres violadas. Por mais algum tempo é imposto o recolher obrigatório em Dili e noutras cidades. Os desaparecimentos continuam. A Resistência defende-se e contra-ataca ...

Em 17 de Julho de 1990 os estudantes das escolas de Colmera e de Becora, em Dili, e noutros locais, içam a bandeira da FRETILIN. Era o aniversário da "integração", celebrado pela Indonésia.

Apesar da intervenção das forças ocupantes, os jovens recusam-se a retirar as suas bandeiras antes do arrear das bandeiras indonésias ...

Mas, o mais surpreendente desta tenaz resistência, é o papel que nessa altura começaram a desempenhar as próprias crianças timorenses:

- Dirigem-se a militares indonésios nas ruas, ou batem à porta de transmigrados provenientes de outras ilhas e perguntam, antes de fugir - "*Kapan pulang ?*", isto é, "*quando é que se vão embora?*"...

Por tudo isso, em Setembro de 1990 o líder máximo da Resistência, Xanana Gusmão, em entrevista a um jornalista australiano, podia afirmar com serena confiança:

"(...) Se, há 3, 4 anos, ainda nos preocupávamos com o "depois da exterminação das FALINTIL", hoje, a exterminação das FALINTIL é apenas vista como um preço exigido pela PÁTRIA. Não só é com muito agrado mas é com um incontável orgulho que as FALINTIL constatarem que os seus sacrifícios puderam acalantar e consolidar as bases de uma resistência verdadeiramente nacional, tornando-as indestrutíveis.

"A situação, no plano interno, atingiu um estágio inigualável e não podemos esconder a nossa imensa satisfação ao declararmos isto. As nossas esperanças, do início desta fase, tornaram-se nesta empolgante realidade, que fomos construindo com

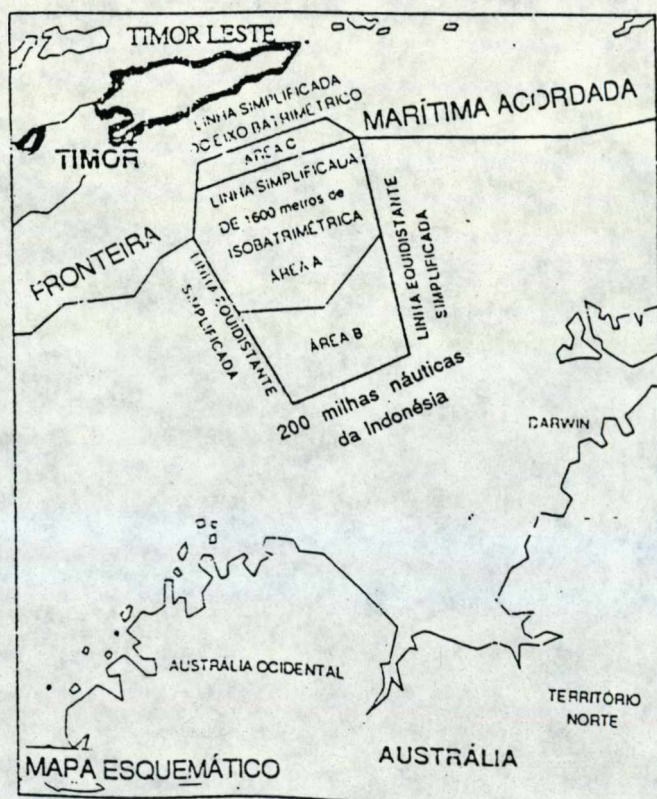
os cadáveres de todos quantos tombaram pela Pátria, a confiança que depositávamos na inextinguível abnegação do nosso Povo traduziu-se na própria certeza e a fé que sempre nos guiou corporizou-se enfim numa total assunção do dever de buscar a vitória.

"No plano global da guerra, todos estamos seguros de que o tempo corre a nosso favor e não a favor de Jacarta. No campo meramente militar, as FALINTIL estão conscientes de que já cumpriram o seu dever e estamos política, psicológica e moralmente cada vez mais preparados para aceitar a nossa extinção, porque sabemos que a nossa extinção não significará o fim da guerra. O Povo Maubere continuará a lutar e não desistirá, sejam quais forem os vendavais da História".

9 - O PETRÓLEO DO MAR DE TIMOR CONTINUA A CONDICIONAR O COMPORTAMENTO DA AUSTRÁLIA E DOUTROS ESTADOS

Em 1971/72 foi concluído um acordo de delimitação de fronteiras entre a Austrália e a Indonésia. O Intervalo de Timor ("Timor-Gap"), isto é, a fronteira entre a Austrália e Timor Português na zona (intervalo) correspondente a este território, estava a ser objecto de conversações entre Portugal e a Austrália, desde 1971.

Já há muito que se sabia que essa região era rica em petróleo, e o Governo de Canberra, em 1975, não tinha conseguido uma delimitação que lhe agradasse. Daí a opinião, do Embaixador Australiano em Jakarta, de que seria mais fácil negociar a fronteira com a Indonésia e que, portanto, haveria vantagem em apoiar a integração de Timor-Leste no país vizinho, como já atrás referimos.



Em Fevereiro de 1979 a Austrália e a Indonésia começaram negociações sobre o "Timor-Gap". Ao fazê-lo, o Governo Australiano passou a reconhecer a soberania indonésia sobre Timor-Leste.

Em 11 de Dezembro de 1989, finalmente, é assinado o "Timor Gap Zone of Cooperation Treaty" que define três áreas na zona em disputa:

A área A destina-se a ser controlada conjuntamente pelos dois estados, que partilharão por igual os lucros da exploração. Esta área tem a muito apreciada, ainda que geologicamente desconhecida, estrutura de "algas", que se estima conter vários biliões de barris de petróleo.

A área B tem o controlo atribuído à Austrália, devendo no entanto ser pago à Indonésia 10% do respectivo rendimento bruto.

A área C, deverá ser administrada pela Indonésia que pagará à Austrália uma taxa de 10% sobre os rendimentos do contratante.

As autoridades responsáveis pela zona são, de acordo com este tratado, um Conselho Ministerial, com igual número de ministros de cada um dos governos, e uma autoridade conjunta.

Portugal, na sua qualidade de Potência Administrante, em 31 de Outubro de 1988 apresentou um protesto formal contra este acordo e, logo que ele foi confirmado pelos dois governos, em Fevereiro de 1991, apresentou queixa no Tribunal Internacional de Justiça de Haia (22/2/1991) para defender os direitos dos timorenses.

Na sua argumentação Portugal considera que o acordo estabelecido entre a Austrália e a Indonésia viola o direito internacional, desrespeita as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU e corresponde a um completo desprezo pelos legítimos interesses do povo de Timor-Leste, isto é, de um território não-autónomo sob administração portuguesa.

Apesar dos protestos e da queixa introduzida no Tribunal Internacional de Justiça, a Austrália e a Indonésia prosseguem nos seus intentos de explorar o petróleo do "Timor-Gap", que é uma das 20 mais ricas regiões petrolíferas do mundo.

Já depois do massacre de Santa Cruz, ocorrido em 12 de Novembro de 1991, doze empresas petrolíferas manifestam o seu interesse em participar nessa exploração. Segundo a imprensa (Público de 12 de Dezembro de 1992) estas seriam:

- Royal - do grupo Dutch-Shell (holando-britânica);
- Chevron, Co (norte-americana);
- BHP (Broken Hill Pty, Co Ltd., australiana). Esta empresa em Dezembro de 1990 já extraía cerca de cem mil barris de petróleo por dia, da zona do "Timor-Gap";
- Woodside Petroleum (ligada à BHP);
- Santos Ltd (australiana);
- Nippon Oil (japonesa);
- Phillips Petroleum (norte-americana);
- Marathon Oil Co (norte-americana);
- Sagasco (australiana);
- Petroz NL (australiana);
- Enterprise Oil PLC (britânica);
- Western Mining Co (australiana).

Pouco depois é noticiada a assinatura de onze contratos de pesquisa, e em 9 de Janeiro de 1992 quatro destas empresas são autorizadas a iniciar a exploração ...

Quando se constata a pressa com que os governos da Austrália, do Japão e dos Estados Unidos da América se mostraram satisfeitos com o relatório da Comissão de Inquérito ao massacre de Dili de 12 de Novembro de 1991, não deixa de chamar a atenção a coincidência entre os interesses petrolíferos e o apoio ao Governo Indonésio e à sua política da ocupação de Timor-Leste.

Tendo os Estados Unidos e a Austrália intervido militarmente no Kuwait, com grande apoio financeiro do Japão, para expulsar o invasor Iraque, que pela força tinha anexado esse estado do Golfo, surge inevitavelmente a pergunta sobre o valor real que tem para os governos desses países o direito internacional, a justiça e a paz ... quando comparados com os seus interesses ...

10 - O MEDO DOS GENERAIS INDONÉSIOS INVIABILIZOU A VISITA DE UMA DELEGAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA A TIMOR-LESTE PREVISTA PARA NOVEMBRO DE 1991

A resolução nº 37/30, de 23/11/1982 da Assembleia Geral da ONU *"requere ao Secretário-Geral (da ONU) que se iniciem consultas com todas as partes directamente interessadas, com vista a encontrar os meios que permitam obter uma solução global para o problema"* (23/11/1982).

Portugal foi co-patrocinador desta Resolução, a que a Indonésia se opôs, votando contra e recusando-se, inicialmente, a participar em quaisquer negociações. A partir de 1984, no entanto, começaram conversações luso-indonésias, sob a égide do Secretário-Geral da ONU.

Nos primeiros anos de conversações foi possível dar alguns passos no campo humanitário, incluindo a autorização de saída de Timor de algumas pessoas com familiares em Portugal e na Austrália, aos quais antes era vedada a saída.

Numa segunda fase, e quando as conversações estavam a cair num impasse devido à irreducibilidade indonésia em aceitar um genuíno acto de autodeterminação, surgiu a hipótese de uma eventual visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste, com a finalidade de observar, em primeira mão, a situação prevalecente no território.

Enquanto decorriam as conversações sobre os termos de referência, modalidades e datas de uma tal visita, a Assembleia Geral foi adiando o debate sobre Timor-Leste, não tendo sido aprovadas novas resoluções sobre a questão.

A hipótese de uma missão parlamentar portuguesa visitar Timor-Leste suscitou um enorme entusiasmo e expectativa entre a população do território, durante tantos anos quase completamente isolada do exterior.

Em 29/12/1988 a Indonésia declara que o território de Timor-Leste passa a estar tão aberto como qualquer outra província indonésia. Apesar das dificuldades que, na prática, continuam a existir, sobretudo em períodos de maior repressão, alguns turistas, e até jornalistas, começam a visitar o território. Outros jornalistas e muitas organizações de defesa dos direitos humanos continuam, no entanto, impedidos de entrar, ao mesmo tempo que continua a haver censura da correspondência, controle de chamadas telefónicas e fortes restrições à entrada e saída de portugueses em geral e de timorenses em particular.

A Indonésia pretendia que a deslocação de parlamentares portugueses, acompanhados por alguns jornalistas da imprensa internacional, se transformasse num acto de propaganda do progresso económico promovido pelos ocupantes. Nesse sentido propôs um programa cheio

de visitas a empreendimentos (pontes, hospitais, escolas, etc.) e a autoridades da administração do ocupante.

A generalidade da população timorense ansiava saudar a delegação parlamentar portuguesa e manifestar-lhe o desejo de que Portugal regressasse a fim de levar até bom termo um processo genuíno de autodeterminação.

Portugal, não querendo frustrar os anseios dos timorenses de que a visita se realizasse, cede a muitas exigências da Indonésia, relativas às condições da visita, no que respeita ao programa, ao transporte e à segurança da delegação (a cargo da Indonésia e não da ONU, como seria normal).

Enquanto as conversações prosseguem, em Nova York, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, as forças ocupantes tentam "*limpar o terreno*". Muitos timorenses são presos e torturados. Alguns "*desaparecem*". Em entrevistas e cartas enviadas para o exterior, o bispo D. Ximenes Belo, Administrador Apostólico da diocese de Dili, denuncia o clima de terror nos meses que precedem a projectada visita.

Assim, por exemplo, em carta de 7 de Setembro de 1991 para um sacerdote português, D. Ximenes Belo afirma:

(...) " As casas são revistadas de noite. Todas as cidades estão cheias de Intel (agentes dos Serviços Secretos Indonésios). Os portugueses não vão poder contactar com os timorenses, porque estes estão a ser ameaçados e mentalizados" (...)

(...) " Com a próxima visita da Delegação Parlamentar Portuguesa os Bapaks (indonésios) estão de novo a desencadear campanhas de terror, de ameaças. Quem se aproximar dos portugueses será abatido ..."

Para reforçar estas ameaças de morte aos timorenses que tentarem manifestar-se ou contactar a Delegação Parlamentar Portuguesa, os ocupantes abrem enormes valas para enterrar os que recusem hastear bandeiras indonésias nas suas casas e que tentem contactar a delegação, manifestar o seu apreço pela visita ou o repúdio pela ocupação.

Num aparente gesto de boa vontade, a Indonésia faculta a ida a Timor-Leste de dois jornalistas portugueses. Um, da Rádio Press, (Nuno Castro Ferreira) permanece no território apenas quatro dias, em Julho de 1991. Mas outro, Mário Robalo, do Expresso, chegando a Dili em 30 de Julho, vai permanecer em Timor-Leste durante três semanas, o que lhe permite ter um contacto mais profundo com os timorenses, e confirmar o clima de terror imposto pelos ocupantes. Na noite de 10 para 11 de Agosto de 1991 (exactamente dezasseis anos depois do golpe da UDT) encontra-se, clandestinamente, com o líder da Resistência, Xanana Gusmão. É a primeira vez que um jornalista português contacta pessoalmente com o chefe máximo da Resistência Timorense, com quem tem uma longa entrevista. A espionagem indonésia acaba por ter conhecimento do referido encontro e conclui que, apesar das numerosas prisões e torturas, apesar das constantes campanhas de terror, as redes clandestinas da Resistência ainda estão suficientemente activas para possibilitar um encontro tão importante como este. Essa constatação poderá ter pesado na decisão dos generais indonésios de impedir a visita da delegação parlamentar, que o Presidente Suharto e o Ministro dos Negócios Estrangeiros parece continuarem a desejar que se realize. O jornalista Mário Robalo, depois de interrogado, revistado e ameaçado pelas autoridades da ocupação, consegue regressar a Portugal são e salvo.

Entretanto a visita parlamentar é finalmente marcada, para ter início em 4 de Novembro de 1991.

Destinando-se a "*obter informações em primeira mão sobre a situação no território*", a missão será constituída por representantes do Secretário Geral da ONU, treze parlamentares

portugueses, acompanhados por uma equipa de apoio com outras treze pessoas (intérpretes, médico, etc.), dez jornalistas portugueses escolhidos livremente por Portugal, dez jornalistas indonésios escolhidos pelo Governo deste país, e doze jornalistas internacionais, seis indicados pela Indonésia e outros seis por Portugal. A visita da delegação parlamentar deveria ter a duração de 10 a 12 dias.

Uma pequena Missão Preparatória, constituída por três técnicos das Nações Unidas, dois diplomatas portugueses e dois diplomatas indonésios, desloca-se a Timor em princípios de Outubro, para tratar de questões logísticas e preparar a deslocação.

Apesar do clima de terror imposto pelos ocupantes, os indícios de que os timorenses se iriam manifestar contra a ocupação e pelo regresso de Portugal para descolonizar o território, são cada vez maiores. Os generais indonésios temem que a visita, perante as câmaras e os olhares de jornalistas da imprensa internacional, se transforme numa tremenda denúncia dos seus crimes. Por isso forçam o Governo Indonésio a arranjar um pretexto para a inviabilizar, vetando a ida de três jornalistas: - dois portugueses - Mário Robalo, do Expresso, e Rui Araújo, da RTP -, e uma australiana, Jill Jolliffe.

Perante este veto indonésio de última hora, que violava os acordos estabelecidos em Nova York, o Presidente da Assembleia da República declara, em 26/10/1991 que enquanto a Indonésia mantiver o veto à ida de qualquer dos jornalistas indicados por Portugal para acompanhar a visita, esta não se fará. Para diminuir um pouco a sua responsabilidade no impasse, a Indonésia recua, passando a autorizar a ida dos dois jornalistas portugueses, antes vetados, mas mantendo a recusa em deixar entrar a jornalista australiana. Apesar dos protestos portugueses e da Federação Internacional de Jornalistas, o veto indonésio mantém-se e a visita da Delegação Parlamentar é adiada *"sine die"*.

Entretanto, perante o clima de terror prevalecente em Timor, o próprio bispo D. Ximenes Belo, em carta enviada ao Presidente da Assembleia da República em Outubro de 1991 dizia que *"a visita só teria interesse para o povo de Timor-Leste caso fosse seguida da presença de observadores da ONU"* (a fim de garantir a vida e segurança daqueles que se aproximassem da Delegação). Não estando assegurada essa presença de observadores, o bispo desaconselha a deslocação dos parlamentares portugueses, por temer um banho de sangue após a sua saída do território.

Em carta de 10 de Outubro dirigida ao Secretário-Geral da ONU e de que foi enviada também cópia ao Presidente Mário Soares e a outros dirigentes mundiais, os líderes de três pequenos partidos timorenses que aprovaram a integração do território na Indonésia alertam que perante o clima de *"ameaças, intimidações e terror, da parte dos indonésios, a visita tornar-se-á não na aurora da libertação mas sim no fim do povo timorense"* caso não seja acompanhada de uma força que garanta posteriormente a segurança das populações depois da saída da delegação parlamentar.

"A Indonésia, neste momento, luta desesperadamente para não cair na grande humilhação de ter de sair de Timor-Leste, como deseja profundamente o povo timorense."

O mais curioso nesta carta é ser subscrita por Paulo Freitas da Silva, Presidente do Partido Trabalhista, Francisco Dias Ximenes, dirigente do KOTA, e Abel Belo, ex-dirigente da APODETI, isto é, por líderes dos três partidos timorenses que, com a UDT, constituíram o MAC (Movimento Anti - Comunista) que deu cobertura à invasão indonésia de Timor-Leste !...

Em 28 de Outubro, em entrevista a jornalistas de vários países, o Ministro Indonésio dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, admitia que os Estados Unidos e a Austrália tinham desaconselhado o seu país a aceitar a visita da Delegação Parlamentar Portuguesa a Timor-Leste, certamente por temerem as manifestações de timorenses e a denúncia internacional da criminosa ocupação indonésia em que esta poderia converter-se ...

O terror que durante tantos meses espalharam as autoridades de ocupação, a prisão de jovens timorenses suspeitos de prepararem manifestações, as torturas a que foram sujeitos, com choques eléctricos nas partes mais sensíveis, cortes com lâminas e todo o género de sevícias, nalguns casos até à morte, e o "*desaparecimento*" de alguns, não foram suficientes para assegurar que não haveria manifestações contra a ocupação indonésia. Ao fim de mais de três anos de preparação cuidadosa, os generais indonésios temeram que a visita demonstrasse ao mundo não apenas o desenvolvimento económico promovido pelos ocupantes mas, sobretudo, o generalizado e profundo repúdio pela ocupação, e arranjam um pretexto para a inviabilizar.

11 - O MASSACRE NO CEMITÉRIO DE SANTA CRUZ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1991, VEIO PÔR A DESCOBERTO A CRIMINOSA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS OCUPANTES E, MAIS UMA VEZ, A CONIVÊNCIA DE ALGUNS ESTADOS ...

A notícia de que a Delegação Parlamentar Portuguesa já não iria a Timor (pelo menos na data acordada nas Nações Unidas) causou grande consternação na população timorense que punha na mesma enormes expectativas.

Entre as chefias militares indonésias o sentimento de alívio misturava-se com o de humilhação por não terem sido capazes de montar um cenário de aparente aceitação do status quo pela população timorense...

Como que para vingar essa humilhação e a inutilidade de milhares de reuniões, por todo o Timor-Leste, em que militares indonésios tentavam instruir as populações quanto ao modo como se deviam comportar durante a visita e as ameaçavam de morte se não seguissem as instruções correctamente, as forças indonésias em Timor tornaram-se mais ameaçadoras e provocatórias.

Pela primeira vez, em dezasseis anos, foi numa igreja que mataram um jovem timorense. Numerosos jovens, a quem as forças indonésias ameaçavam de morte, refugiavam-se na Igreja de Stº António de Motael, na noite de 27 para 28 de Outubro de 1991. Tocam os sinos a rebato, na esperança de que os ímpetos agressivos dos militares que rodeiam a igreja se contenham perante uma multidão de testemunhas. Mas as tropas indonésias não hesitam em entrar no templo e matar a tiro o estudante Sebastião Gomes Rangel, de 18 anos. Acidentalmente é morto um segundo timorense, chamado Afonso Henriques, de 29 anos. Algumas dezenas de outros jovens são levados presos. Nos dias seguintes outras igrejas de Timor são atacadas, e muitas casas são revistadas, não só em Dili mas também noutras localidades, como Lospalos, Viqueque, Fatumaca e Manatuto, e muitos timorenses sobretudo jovens, são presos e torturados. Nas rusgas, as casas são revistadas e as pessoas mal tratadas, a ponto de ficarem com ossos partidos ou a vomitar sangue. Por vezes os soldados indonésios até terços roubam!

Duas semanas depois, a seguir a uma missa de sufrágio pela alma do jovem Sebastião Gomes, milhares de timorenses rumam ao cemitério, numa última homenagem. Pelo caminho juntam-se ao cortejo outros timorenses, jovens, mulheres, velhos e crianças. A pouco e pouco vão surgindo cartazes e bandeiras da Resistência. Diversos jornalistas que tinham ido para Timor-Leste, quase todos disfarçados de turistas para que as autoridades indonésias os não impedissem de lá entrar, encontravam-se em Dili. Os jovens timorenses queriam aproveitar a sua presença para manifestar, de forma pacífica, o seu desejo de se verem livres da ocupação indonésia, e de se autodeterminarem. Pouco depois de terem chegado ao cemitério de Santa Cruz, em Dili, chegam camiões com militares indonésios que, de forma disciplinada e calma se poem em linha, com as armas prontas a disparar.

Dois jornalistas americanos, Alan Nairn (The New Yorker) e Ami Goodman (da rádio WBAI de Nova York), temendo o pior, entropõem-se entre a multidão e os soldados indonésios, mostrando bem as câmaras fotográficas e os gravadores, na esperança de que a presença de jornalistas estrangeiros os contenham. Mas enganam-se. Obedecendo a ordens de comando começam a disparar sobre a multidão. Estes e outros jornalistas presentes testemunham que não houve qualquer atitude violenta por parte dos manifestantes, que se encontravam completamente desarmados. Também não houve qualquer ordem de dispersar ou qualquer aviso por parte dos militares indonésios. Durante alguns minutos espingardas-metrelhadoras M16, de fabrico americano (ou feitas com licença americana), descarregam as suas balas sobre a multidão indefesa. Recarregadas, voltam a disparar. Muitos timorenses fogem, ou escondem-se atrás dos túmulos. Outros não têm tempo e caem feridos ou mortos. Os jornalistas americanos são barbaramente maltratados. Ter-lhes-á valido gritarem que eram americanos para não serem mortos. Outros jornalistas são também detidos, espancados e despojados de materiais de reportagem.

Depois do massacre, os militares indonésios limpam rapidamente o terreno. Os cadáveres são colocados em camiões e levados para valas comuns. Outros, ainda feridos, são mortos a tiro ou com baionetas. Outros feridos são transportados ao hospital de onde saem para a prisão ou ... para a vala comum ...

As famílias não são comunicados os nomes dos mortos, nem dos feridos, nem dos presos. Impedidas de ver os corpos dos cadáveres, para os identificar, impedidas de fazerem funerais cristãos aos seus filhos, impedidas de visitar os feridos no hospital ou os presos, as famílias vivem na angústia da incerteza. A própria Cruz Vermelha Internacional foi impedida, durante quinze dias, de visitar o hospital porque os feridos tinham primeiro que ser interrogados ...

Diversas testemunhas falam em cem mortos, a maior parte dos quais foram transportados por camiões do Exército Indonésio para valas comuns. Apesar da pressa que o Exército Indonésio teve em limpar o terreno, quando o Padre Italiano Stefani Renato passou pelo local, cerca de três horas depois, ainda viu muito sangue na rua em frente ao Cemitério e nas redondezas.

Segundo o jornalista australiano Anthony Balmain, três dias depois, em 15 de Novembro, cerca de sessenta a oitenta prisioneiros foram levados em quatro camiões do exército para Bé-Musi, nos arredores de Dili, onde foram fuzilados.

Dez testemunhas deste segundo massacre foram mortas dois dias depois. E como houvesse testemunhas desta terceira vaga de assassinatos, em 18 de Novembro foram mortas mais sete pessoas, entre as quais uma criança de quatro anos e um bebé apenas com um ano.

Supõe-se que terão morrido cerca de duzentos ou mais timorenses no massacre junto ao cemitério e nas acções subsequentes. A grande maioria dos mortos são estudantes com menos de vinte anos, educados já sob ocupação indonésia. Um jovem neozelandês de origem malaia, Kamal Bamadhaj, finalista da New South Wales University, da Austrália, morreu com eles.

Quase todos os timorenses que foram apanhados e presos, sofrem horríveis torturas.

No dia seguinte ao massacre, o General Try Sutrisno, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias (ABRI), numa reunião de Lemhanas Graduates (do National Defense Institute) justificou o massacre, afirmando:

"São gente que tem que ser esmagada. Essa gentinha tem que ser abatida ... Aconteça o que acontecer, não podem ignorar ABRI" (as Forças Armadas Indonésias) (...)
"ABRI está determinada a eliminar quem quer que seja que perturbe a estabilidade".

Três organizações indonésias de defesa dos direitos humanos manifestam, no entanto, a sua profunda inquietação. Os seus dirigentes são intimados a apresentar-se à polícia e interrogados. As suas actividades ficam suspensas.

Entretanto um grupo de timorenses residentes em Jakarta organiza uma manifestação, em 19 de Novembro, em frente do Gabinete de Informações da ONU na capital indonésia. Muitos indonésios apoiam-nos. Mas a manifestação é reprimida e cerca de trinta e cinco estudantes timorenses são presos e, muitos deles, torturados.

Revoltados com o massacre de Dili e solidários com os timorenses, milhares de estudantes indonésios manifestam-se em diversas universidades.

Os testemunhos dos dois jornalistas americanos, do jornalista britânico Steve Cox (O Independente) e dos jornalistas australianos Russell Anderson e Bob Muntz, e ainda de um padre italiano, Stefani Renato, e sobretudo, as imagens que o jornalista britânico Max Stahl (Yorkshire Television) conseguiu, com muita astúcia, evitar que lhe fossem apreendidas e trazer para o exterior, foram como um sinal de alarme a acordar o Mundo para o drama de Timor-Leste. Em Portugal, na Austrália e noutros países multiplicam-se as manifestações e os protestos. O Primeiro Ministro Português, falando na Assembleia da República, ergue a sua voz *"num veemente e profundo repúdio do ignóbil e brutal atentado de que foi vítima o martirizado Povo de Timor, em mais um inqualificável acto de terror e intimidação das autoridades indonésias"*. Associa-se, assim, à Resolução condenatória do massacre aprovada por unanimidade pelo Parlamento Português no dia seguinte ao do massacre. Em Portugal é decretado um dia de luto nacional (19.11.91).

O próprio Senado dos Estados Unidos aprova uma resolução em 21 de Novembro em que afirma que *"o Presidente deveria apoiar a imediata introdução de uma resolução na Assembleia Geral determinando a nomeação pela Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas de um Relator Especial para Timor-Leste com vista à prossecução do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste"*. Uma carta assinada por 52 dos cem membros do Senado manifesta ao Presidente George Bush as suas preocupações pela situação em Timor-Leste. Nela os senadores pedem-lhe uma maior atenção e intervenção americana nesta questão.

Em Portugal, entre os muitos abaixo-assinados promovidos por grupos de solidariedade, escolas, sindicatos, grupos de jovens, escritores e artistas, em 29 de Novembro é apresentada publicamente uma Carta Aberta ao Presidente dos Estados Unidos da América. Nesta os subscritores, exprimem, *"a sua preocupação pela situação de terror prevaemente em Timor-Leste" (...) e "a sua estranheza pela ilegal, iníqua e injustificável aceitação da anexação por parte da Administração Americana, quando esta mesma reconhece que ainda não teve lugar um acto genuíno de autodeterminação"*.

(...) "Apelam, por isso ao Governo Americano para que passe a praticar uma política conforma ao Direito Internacional e às resoluções da ONU (...)".

Um dos aspectos mais importantes neste documento é o peso dos seus patrocinadores, não apenas intelectuais de renome internacional, mas também o Reitor da maior universidade portuguesa, o bispo da Igreja Anglicana de Portugal, deputados e um ex-Vice-Primeiro Ministro, uma ex-Primeira Ministra e um ex-Presidente da República (o General Ramalho Eanes).

A Holanda, o Canadá e a Dinamarca suspendem apoios à Indonésia. O Concelho dos Sindicatos Australianos (ACTU) organiza boicotes em portos e aeroportos, e apoia a criação de uma simbólica *"embaixada"* de Timor-Leste em Camberra, a escassas dezenas de metros da Embaixada da Indonésia. O Ministro dos Negócios estrangeiros australiano, Gareth Evans, ameaça recorrer á força para expulsar os manifestantes timorenses e australianos, mas

as autoridades de Camberra mostram-se divididas.

O General Suharto, confrontado com a pressão da opinião pública internacional, vê-se obrigado a nomear uma Comissão de Inquérito. Esta Comissão é constituída por militares e funcionários públicos, apenas com um parlamentar, e é presidida por um general reformado com graves responsabilidades passadas na repressão de opositores ao regime.

Numa primeira versão deste relatório a Comissão - que quase não ouviu testemunhas directas do massacre - diz que morreram dezanove timorenses, tantos quantas as campas abertas pelo Exército para dar credibilidade a esse número.

Perante o testemunho dos jornalistas estrangeiros que presenciaram o massacre, e até de membros da Assembleia Regional criada pelos ocupantes, que indicavam números muito maiores, torna-se evidente a falsidade do relatório.

A Austrália e outros países, desejosos de rapidamente calar o clamor internacional, pressionam o Governo indonésio a apresentar um relatório mais verosímil. Por fim, a Comissão de Inquérito acaba por falar em cinquenta mortos e por condenar o comportamento das tropas indonésias. O Comandante Militar de Timor-Leste, Brigadeiro-General Rudolf Warouw, e o Comandante da Região Militar das Ilhas de Sonda, sediada em Bali. Major General Sintong Panjaitan, são demitidos das suas funções e transferidos para outros locais. Os batalhões 303, de Jakarta, e 700, de Sulawesi, envolvidos nos massacres, regressam aos seus aquartelamentos.

Apesar das contradições e mentiras da versão final do relatório da Comissão de Inquérito, os Governos da Austrália, do Japão e dos Estados Unidos saudam-no e julgam-no suficiente para prosseguir a cooperação com a Indonésia, embora seja mantida uma certa pressão sobre o regime para um mais completo esclarecimento da questão.

12 - IMPORTÂNCIA DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL E PAPEL DE PORTUGAL E DA PRÓPRIA OPINIÃO PÚBLICA INDONÉSIA

Pela primeira vez na história, depois de muitos milhares de timorenses terem "*desaparecido*", desde 1975, às mãos dos ocupantes, o General Suharto decide, em Dezembro, criar uma Comissão de Honra para apurar responsabilidades no massacre de 12 de Novembro de 1991 e investigar o que aconteceu a cerca de noventa desaparecidos (para além dos cinquenta mortos admitidos pela Comissão de Inquérito). E, apesar da recusa inicial em aceitar qualquer comissão internacional, mesmo da ONU, para investigar os acontecimentos, em 8 de Janeiro de 1992 - quase dois meses depois do massacre, e quando muitas testemunhas já foram presas, mortas, ou torturadas a ponto de se disporem a fazer qualquer "*confissão*" - a Indonésia acaba por se afirmar disposta a aceitar a investigação por um Relator das Nações Unidas.

Dois factos fundamentais estão por detrás destas decisões:

- Em primeiro lugar a pressão da opinião pública internacional, que continuou a manifestar as suas preocupações e a criticar o comportamento dos militares e das autoridades indonésias, com uma intensidade que o regime do General Suharto nunca antes experimentara;
- Por outro lado, as lutas entre as facções mais duras e sectores relativamente moderados e defensores de uma certa abertura do regime, quer interna quer em relação a Timor-Leste.

O massacre de Dili e os inquéritos subsequentes são também a expressão dum confronto interno entre estas duas correntes em luta pelo poder na Indonésia, tendo em vista as eleições parlamentares de Junho de 1992, e presidenciais de 1993. Enquanto os generais Benny Murdani (Ministro da Defesa) e Try Sutrisno (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas) se terão oposto à visita da Delegação Parlamentar Portuguesa a Timor-Leste e defendiam uma linha de grande dureza, o Ministro dos negócios Estrangeiros Ali Alatas e o próprio General Suharto deram sinais de alguma abertura, não só manifestando o desejo de que a visita se fizesse mas também defendendo uma linha mais diplomática e moderada de actuação. A recusa da visita da Delegação Parlamentar, por um lado, e o massacre de St^a Cruz, por outro, são dois aspectos desta luta de facções no interior do regime. Seguem-se a substituições nas chefias militares feitas pelo Presidente da Indonésia, em Outubro de 1991, que as Forças Armadas se recusaram a aceitar, obrigando o General Suharto a ir à televisão dar explicações.

Neste quadro, as manifestações de estudantes indonésios, criticando os massacres e a ocupação de Timor-leste e defendendo a democratização do regime revestem-se duma especial importância.

Muitos indonésios consideram que a dignidade da instituição militar é afectada de cada vez que esta massacre civis desarmados, como tantas vezes já fez em Timor-leste, em Aceh e noutras regiões do arquipélago indonésio, e até em Jakarta, aquando do massacre de mulçumanos, em Tanjung Priok, em Setembro de 1984. O prestígio das Forças Armadas Indonésias, conquistado na luta de libertação do jugo colonial, na década de quarenta, vai-se perdendo cada dia em que continuam a oprimir um povo e a ocupar ilegalmente um território com direito à autodeterminação.

Agora que o muro de Berlim caíu, que os estados do leste europeu iniciaram a sua marcha para a democracia e acabou a confrontação leste-oeste, mesmo aqueles que argumentavam com o perigo do avanço comunista perderam os seus argumentos. Se nunca foi justificável o genocídio do Povo Timorense, hoje ainda o é menos. Timor-Leste tem direito à autodeterminação e a Indonésia tem direito a uma imagem de dignidade e prestígio consentânea com as suas longas e riquíssimas tradições culturais.

Portugal pode e deve desempenhar um papel muito importante na resolução do problema de Timor-Leste. É uma responsabilidade que lhe cabe, face ao direito internacional e por imperativo histórico e moral.

Assumir plenamente as suas responsabilidades de potência administrante, sem se substituir ao Povo de Timor-Leste e aos seus representantes, é crucial para se chegar a uma genuína autodeterminação.

Reconhecer hesitações e erros passados, e remir-se da incoerência, das fraquezas e das injustificadas cedências e sobretudo do abandono a que quase sempre votou Timor-Leste, passa por um papel mais activo de Portugal na cena internacional na defesa dos direitos dos timorenses e na fidelidade aos seus justos anseios.

Neste quadro são importantes as diligências diplomáticas do Governo Português, de que a declaração do Conselho de Ministros da CEE de 3 de dezembro de 1991 se fez eco. Igualmente importantes são as iniciativas do Presidente da República, ao enviar cartas ao Papa, ao Presidente dos Estados Unidos e a outros chefes de estado, chamando a atenção para a gravidade da situação em Timor-Leste. Sua Santidade João Paulo II, numa aparente reacção à carta recebida do Dr. Mário Soares, quebra o seu longo silêncio sobre Timor e, no seu discurso ao Corpo Diplomático acreditado no Vaticano, em 11 de Janeiro de 1992, afirma que *"impõe-se um diálogo perseverante, para que todas as componentes da realidade timorense lancem as bases de uma via política e social em harmonia com as aspirações da população (...)"*.

Poucos dias antes o Administrador Apostólico de Dili, D. Ximenes Belo, afirmava que a questão timorense *"só pode ser resolvida à base de diálogo, de um grande diálogo aberto a todas as partes envolvidas: Portugal, Indonésia, os timorenses que estamos aqui (em Timor) os partidos da Resistência e a Igreja"*. Na mesma linha, o bispo timorense apela de novo a um referendun, para que o povo escolha livremente o seu futuro.

Numa curta deslocação a França o Presidente da República tem importantes conversas sobre Timor-Leste com o Presidente francês, François Mitterrand, e com o recém-empossado Secretário-Geral da ONU, Butros-Gali. Ambos se mostram sensíveis e atentos ao drama timorense.

Seguindo depois para os Estados Unidos, na sua entrevista com George Bush, que teve lugar em 13 de Janeiro de 1992, é o próprio Presidente americano quem toma a iniciativa de falar de Timor. Mário Soares refere-lhe a necessidade de serem respeitados os Direitos do Homem, as resoluções das Nações Unidas e o Direito à Autodeterminação do Povo de Timor-Leste. À saída da reunião o Presidente português mostra-se convencido de ter encontrado uma boa receptividade por parte do Presidente dos Estados Unidos, ficando esperançado de que algo poderá mudar na actuação da Administração Americana face à Indonésia, em relação a Timor-Leste.

Com o massacre de 12 de Novembro algo mudou em relação a Timor-Leste. Apesar de todas as tentativas indonésias de minimizar os incidentes, apesar da hipocrisia de governos, como o americano, o australiano, o japonês e outros que consideraram o relatório da Comissão de Inquérito indonésia suficiente para manterem a sua ajuda a Jakarta, a reacção internacional desta vez fez-se sentir. Embora o clima de terror tenha persistido, as prisões, torturas e assassinatos não tenham parado, e esquadrões da morte continuem a actuar em Timor-Leste, apesar do Comandante das Forças Armadas Indonésias, General Try Sutrisno ter afirmado que *"assim que o inquérito e a investigação estiverem completos vamos limpar Timor e destruir todos os elementos separatistas que tenham atacado a dignidade do Governo"*, o drama de Timor tornou-se conhecido, começando a perturbar a consciência de muitos países.

Depende da pressão internacional avançar ou não decisivamente no sentido da autodeterminação de Timor-Leste, única forma de eliminar a causa que está por traz de tantas violações dos direitos humanos em Timor.

O esquecimento e a apatia internacional são o maior inimigo do pequeno e oprimido Povo Maubere.

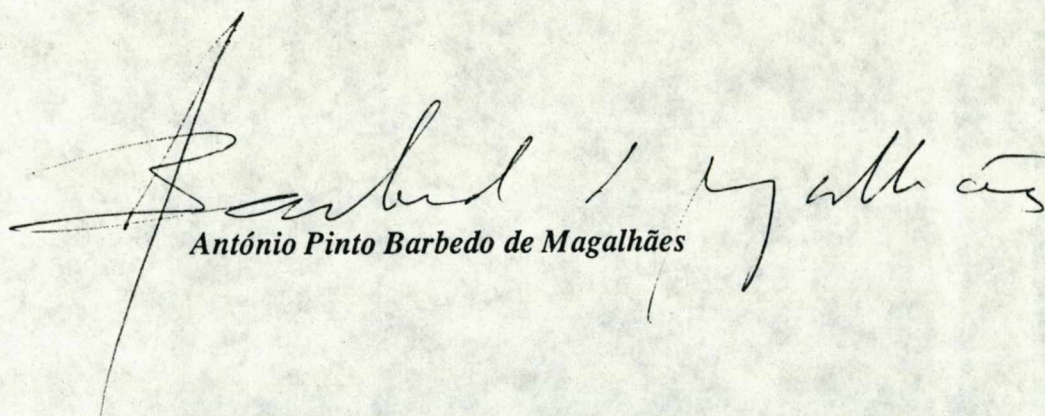
Se a indiferença geral se instalar de novo, o genocídio do povo de Timor-Leste continuará. Mas se o mundo se revoltar contra esse crime, é possível travá-lo e inverter o curso sangrento da sua história.

Ao fim de dezasseis anos de terror é tempo de os Estados Unidos, a Austrália, o Japão e tantos outros países democráticos deixarem de apoiar a ocupação indonésia de Timor. É mais que tempo de impedir que um genocídio só comparável ao do Camboja de Pol Pot continue indefinidamente.

Cabe aos homens e mulheres de todo o mundo erguer a sua voz de protesto contra este ignóbil crime que já custou a vida a um terço da população timorense.

A Justiça e o Direito que lhe assistem são as únicas forças que alimentam a coragem do Povo Maubere, na sua resistência à ocupação. Desde sempre sem qualquer apoio militar do exterior, só a solidariedade portuguesa, australiana, americana e internacional - e também dos próprios indoésios - o pode salvar do genocídio.

Porto, 20 de Janeiro de 1992



António Pinto Barbedo de Magalhães

ANEXO I

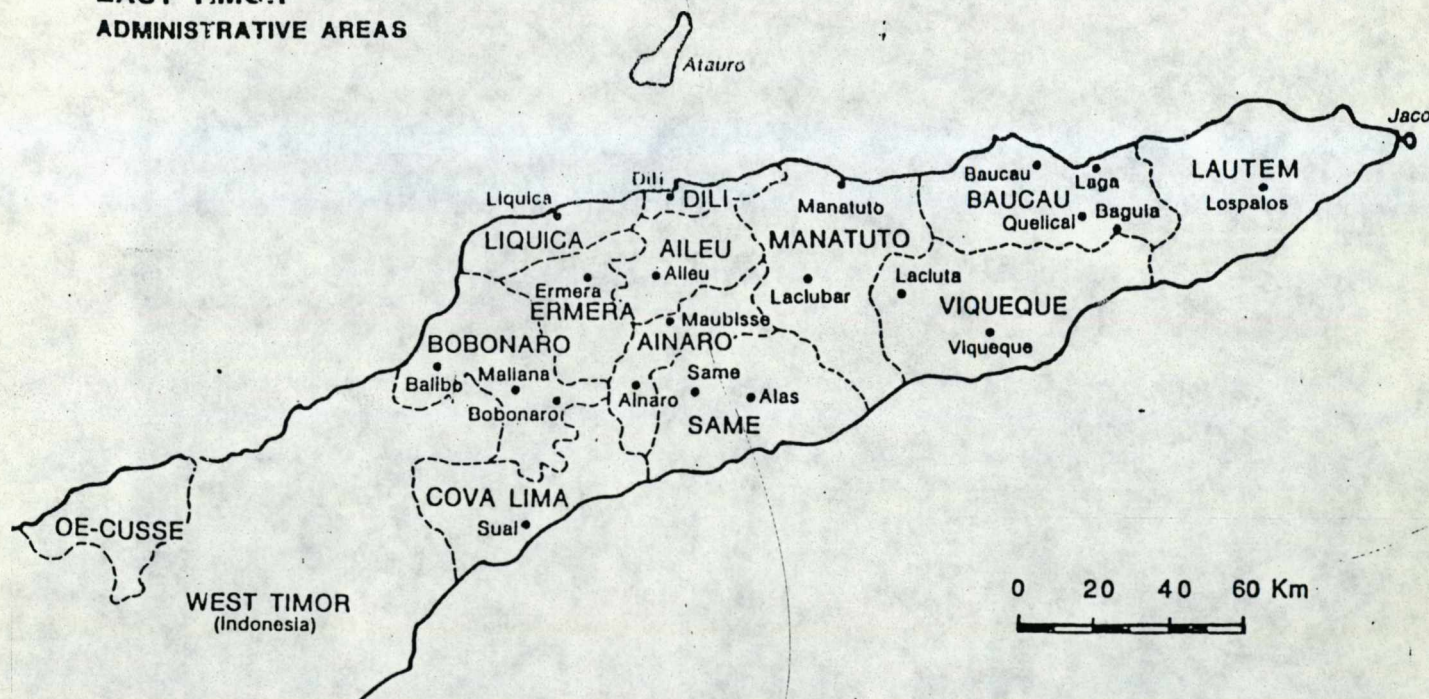
SUPERFÍCIES DE DIVERSOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

ESTADO ou TERRITÓRIO	Extensão Territorial Km2	ESTADO ou TERRITÓRIO	Extensão Territorial Km2	ESTADO ou TERRITÓRIO	Extensão Territorial Km2
Vaticano	0,44	S.Tomé e Príncipe	1.001	Timor-Leste (P)	18.899
Mónaco	1,49	Hong Kong	1.061	Nova Caledónia	19.058
Macau	16	Martinica	1.102	El Salvador	21.393
Nauru	21	Guadalupe	1.779	Djibuti	22.000
Tuvalu (UK)	26	Micronésia (USA-ONU)	1.854	Belize	22.965
Bermudas (UK)	53	Maurício	2.045	Ruanda	26.338
S. Marino	61	Comores	2.171	Haiti	27.750
Liechtenstein	159	Reunião	2.510	Burundi	27.834
S.Cristovão Nevis (UK)	262	Luxemburgo	2.586	Guiné Equatorial	28.051
Seychelles	280	Samoa	2.842	Salomão	28.446
Maldivas	298	Polinésia Francesa (F)	4.027	Albânia	28.700
Malta	316	Cabo Verde	4.035	Lesoto	30.355
Granada	344	Trindade e Tobago	5.130	Bélgica	30.513
S.Vicente e Granadinas (UK)	388	Brunei	5.765	Taiwan	35.981
Barbados	431	Ilhas Canárias (E)	7.270	Guiné Bissau	36.125
Antígua e Barbuda	442	Porto Rico	8.897	Suiça	41.295
Andorra	465	Chipre	9.251	Holanda	41.473
Singapura	581	Libano	10.400	Dinamarca	43.069
Guam (USA)	549	Jamaica	10.962	Estónia	45.000
Santa Lucia (UK)	616	Quatar	11.000	Butão	47.000
Bahreim	622	Gâmbia	11.295	República Dominicana	48.734
Kiributi	728	Malvinas (UK)	11.961	Costa Rica	50.700
Tonga	748	Bahamas	13.935	Portugal Continental	88.500
Dominica	751	Vanuatu	14.763	Reino Unido	244.046
Ilha de S.Miguel (P)	757	Suazilândia	17.363	Indonésia	2.000.000
Arquipélago da Madeira (P)	795	Kuwait	17.818	Austrália	7.686.848
Antilhas Holandesas (N)	961	Fidji	18.272	Estados Unidos América	9.372.614

(...) Territórios pertencentes a ou administrados por:

(E) = Espanha - (F) = França - (N) = Holanda - (P) = Portugal - (UK) = Reino Unido - (USA) = Estados Unidos da América

EAST TIMOR ADMINISTRATIVE AREAS



ANEXO II

MAPA DAS VOTAÇÕES DE RESOLUÇÕES RELATIVAS A TIMOR-LESTE APROVADAS PELA ASSEMBLEIA GERAL (1975 a 1980 e 1982) OU PELA 4ª COMISSÃO (1981) DA ONU

PAÍSES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
AFEGANISTAO	A	A	A	S	S	S	S	S
ALBÂNIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ALEMANHA FEDERAL	A	A	A	A	A	A	A	A
ALEMANHA DEMOCRÁTICA	S	S	S	S	(a)	(a)	(a)	(a)
ALTO VOLTA	S	S	S	S	S	S	S	A
ANGOLA	[1]	[1]	S	S	S	S	S	S
ANTIGUA BARBUDA	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	N
ARABIA SAUDITA	N	N	N	N	N	N	N	N
ARGELIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ARGENTINA	A	A	A	A	A	N	N	N
AUSTRALIA	S	A	A	N	N	N	N	N
AUSTRIA	A	A	A	A	A	A	A	A
BAHAMAS	A	A	A	A	A	A	A	A
BAHREIN	S	A	A	A	A	A	N	N
BANGLADECH	S	N	N	N	N	N	N	N
BARBADOS	S	S	S	S	S	S	S	S
BELGICA	A	A	A	A	A	A	A	A
BELIZE	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	S	S
BENIM	N	S	S	S	S	S	S	S
BIELORRUSIA	S	S	S	S	S	S	S	S
BIRMÂNIA	(a)	(a)	A	A	A	(a)	A	A
BOLIVIA	S	A	A	A	A	N	N	A
BOTSWANA	S	S	S	S	S	S	S	A
BRASIL	S	S	S	S	S	S	S	S
BULGARIA	S	S	S	S	S	(a)	(a)	(a)
BURUNDI	S	S	S	S	S	S	S	S
BUTÃO	A	A	A	A	A	A	A	A
CABO VERDE	[1]	S	S	S	S	S	S	S
CAMARÕES	S	S	S	S	A	A	S	A
CAMPUCHEA	(a)	S	(a)	(a)	(a)	N	N	N
CANADA	A	A	A	A	A	N	N	N
CHADE	S	S	S	S	S	S	S	N
CHECOSLOVAQUIA	S	S	S	S	A	A	A	A
CHILE	A	N	N	N	N	N	N	N
CHINA	S	S	S	S	S	S	S	S
CHIPRE	S	S	S	S	S	S	S	S
COLOMBIA	A	A	A	A	N	N	N	A
COMOROS	[1]	(a)	S	(a)	(a)	(a)	N	(a)
CONGO	(a)	S	S	S	S	S	S	S
COSTA DO MARFIM	S	S	A	A	A	A	A	A
COSTA RICA	A	A	A	(a)	S	A	S	A
CUBA	S	S	S	S	S	S	S	S
DINAMARCA	A	A	A	A	A	A	A	A
DJIBUTI	[1]	[1]	A	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
DOMINICA	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	(a)	(a)	A
EGIPTO	S	S	N	N	N	N	N	N
EL SALVADOR	S	A	A	A	A	A	N	N
EMIRATOS AR. UNIDOS	S	A	A	A	A	A	N	N
EQUADOR	S	S	S	(a)	(a)	A	A	A
ESPANHA	A	A	A	A	A	A	A	A
ESTADOS UNIDOS	A	N	N	N	N	N	N	N
ETIOPIA	S	S	S	S	S	S	S	S
FIJI	S	A	A	A	A	A	A	N
FILIPINAS	N	N	N	N	N	N	N	N
FINLANDIA	A	A	A	A	A	A	A	A
FRANÇA	A	A	A	A	A	A	A	A

PAÍSES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
GABAO	S	S	S	A	A	A	A	A
GAMBIA	S	S	S	S	S	(a)	(a)	N
GANÁ	S	S	S	S	S	S	S	S
GRANADA	S	A	S	S	S	S	S	S
GRECIA	S	S	S	S	S	S	S	S
GUATEMALA	A	A	A	A	A	(a)	N	N
GUIANA	S	S	S	S	S	S	S	S
GUINE	S	S	S	S	S	S	S	A
GUINE-BISSAU	S	S	S	S	S	S	S	S
GUINE EQUATORIAL	S	S	S	(a)	S	(a)	(a)	(a)
HAITI	S	A	S	S	S	S	S	A
HOLANDA	A	A	A	A	A	A	A	A
HONDURAS	(a)	A	A	(a)	N	N	N	N
HUNGRIA	S	S	S	S	A	A	A	A
IEMENE	(a)	A	(a)	(a)	N	N	(a)	N
IEMENE DEMOCRATICO	S	S	S	S	S	S	S	S
ILHAS SALOMÃO	[1]	[1]	[1]	(a)	(a)	(a)	A	N
ÍNDIA	N	N	N	N	N	N	N	N
INDONESIA	N	N	N	N	N	N	N	N
IRÃO	N	N	N	N	S	S	S	(a)
IRAQUE	A	A	N	N	N	N	N	N
IRLANDA	A	A	A	A	A	A	A	S
ISLANDIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ISRAEL	A	A	A	A	A	A	A	A
ITALIA	A	A	A	A	A	A	A	A
JAMAICA	S	S	S	S	S	S	A	A
JAPÃO	N	N	N	N	N	N	N	N
JORDANIA	A	N	N	N	N	N	N	N
JUGOSLAVIA	A	A	A	A	A	A	A	A
KUWEIT	S	A	A	A	A	(a)	N	N
LAOS	S	S	S	S	S	S	(a)	S
LESOTO	S	S	S	S	S	A	S	S
LIBANO	(a)	A	(a)	A	A	S	N	A
LIBERIA	S	S	S	S	S	S	S	N
LIBIA	A	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
LUXEMBURGO	A	A	A	A	A	A	A	A
MADAGASCAR	S	S	S	S	S	S	S	S
MALASIA	N	N	N	N	N	N	N	N
MALAWI	S	S	A	S	S	S	S	S
MALDIVAS	[1]	A	N	N	N	N	N	N
MALI	S	S	S	S	S	S	S	S
MALTA	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
MARROCOS	A	N	N	N	A	A	A	N
MAURÍCIAS	A	S	(a)	S	(a)	(a)	(a)	S
MAURITANIA	A	N	N	N	A	A	A	A
MEXICO	S	S	S	S	S	S	S	S
MOÇAMBIQUE	S	S	S	S	S	S	S	S
MONGOLIA	S	S	S	S	S	S	(a)	(a)
NEPAL	S	A	A	A	A	A	A	A
NICARAGUA	A	N	N	N	S	S	S	S
NIGER	S	(a)	S	S	S	S	(a)	A
NIGERIA	S	S	S	A	A	A	A	A
NORUEGA	A	A	A	A	A	A	A	A
NOVA GUÍNE PAPUA	[1]	A	A	N	N	N	N	N
NOVA ZELANDIA	A	A	A	A	N	N	N	N
OMAN	A	N	N	N	N	N	N	N

PAÍSES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
PANAMA	A	S	S	A	A	A	A	A
PAQUISTÃO	S	A	A	A	A	A	A	N
PARAGUAI	A	A	A	N	N	N	N	N
PERU	S	A	A	A	A	A	A	A
POLONIA	S	S	S	(a)	(a)	A	A	A
PORTUGAL	S	S	S	S	S	S	S	S
QUATAR	A	A	A	N	N	N	N	N
QUENIA	S	S	S	S	S	S	S	S
REINO UNIDO	A	A	A	A	A	A	A	A
ROMENIA	S	S	S	(a)	A	A	A	A
REP DOMINICANA	(a)	A	A	A	A	(a)	N	A
REP CENTRO AFRICANA	(a)	S	S	S	S	S	S	A
RUANDA	S	S	S	S	S	S	S	S
S TOME E PRINCIPE	[1]	S	S	S	S	S	S	S
S VICENTE GRENADINAS	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	(a)	(a)	(a)
SAMOA	[1]	[1]	A	A	A	(a)	A	A
SANTA LUCIA	[1]	[1]	[1]	[1]	S	S	S	N
SEICHELES	[1]	(a)	(a)	A	S	S	S	S
SENEGAL	S	S	S	S	S	S		A
SERRA LEOA	S	S	S	S	S	S	S	S
SINGAPURA	A	(a)	N	N	N	N	N	N
SIRIA	A	A	N	N	N	N	N	N
SOMALIA	(a)	A	(a)	A	(a)	N	A	A
SRI LANKA	A	A	A	A	A	A	A	A
SUAZILANDIA	S	S	S	S	S	S	S	S
SUDÃO	A	A	A	A	N	N	N	N
SUECIA	S	S	S	S	S	A	A	A
SURINAME	[1]	N	N	N	N	N	N	N
TAILANDIA	N	N	N	N	N	N	N	N
TANZANIA	S	S	S	S	S	S	S	S
TOGO	S	S	S	S	S	S	S	S
TRINIDAD TOBAGO	S	S	S	S	S	S	S	S
TUNISIA	(a)	N	N	N	N	N	N	N
TURQUIA	A	N	N	N	N	N	N	N
UCRANIA	S	S	S	S	S	S	S	S
UGANDA	S	S	S	S	S	S	S	S
URSS	S	S	S	S	S	S	S	S
URUGUAI	A	N	N	N	N	N	A	N
VANUATU	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	S	S
VENEZUELA	S	A	A	A	A	A	A	A
VIETNAME	[1]	[1]	S	(a)	S	S	S	S
ZAIRE	A	A	N	N	N	A	A	A
ZAMBIA	S	S	S	S	S	S	S	S
ZIMBAGUE	[1]	[1]	[1]	[1]	[1]	S	S	S

Notas

[1] Não era membro da ONU

(a) Ausência na votação

S Voto "SIM" na votação

N Voto "NÃO"

A Voto "ABSTENÇÃO"

1981 Votação na 4a. Comissão